



**Robenilton Pinto
Carneiro**

Fascículos da História de Conceição do Coité



Robenilton Pinto Carneiro

 minuti
STUDIO

História, Pré-história e Patrimônio histórico em Coité.



A História de Conceição do Coité

Estudar a História de um povo, de uma cidade, de um município, ou de um lugar é muito importante para a formação das nossas crianças e adolescentes na construção de uma sociedade que valoriza a memória, a identidade, a cultura e o próprio Patrimônio.

Conhecer a História do lugar onde você mora, seja uma fazenda, um povoado ou um bairro de uma cidade ajuda a você saber quem realmente você é, identificando suas raízes, sua identidade, sua memória e sua história. Por isso, é importante conhecer a história de Conceição do Coite, pois ao estudá-la, antes de tudo você se conecta consigo mesma fazendo florescer o sentimento de pertencimento tão necessário para a construção da sua identidade.

A História é como um alicerce que nos edifica, e como uma bússola que nos orienta, na nossa ação humana sobre essa terra. A História nos vivifica!

Isso porque quem faz a história somos nós! Eu, você, seu pai, sua mãe, seu tio, tia, avô, avô, o padeiro, o trabalhador do sisal, o empresário, o atleta, o policial, a professora, enfim, todos fazemos história. Mas nem sempre foi assim. Em algum momento da história foi dito que quem só fazia a história eram os grandes personagens (reis, generais, presidentes, pessoas importantes), e os cidadãos comuns de nada contribuía para o curso da trajetória humana na terra. Que bom que isso mudou!

Mudou porque o papel do historiador mudou ao longo do tempo, embora desde Heródoto já se dissesse que “pensar o passado para compreender o presente e idealizar o futuro” era a premissa básica da história.

O historiador é o profissional que escreve a história, e para isso ele precisa de fontes históricas, que são vestígios deixados pelas pessoas durante sua ação na terra. Esses vestígios (fontes) podem ser de diversas natureza, como fontes escritas, visuais, orais, audiovisuais, como também toda a produção da cultura material feita pelas pessoas em variados espaços (locais) e tempo (época, período).



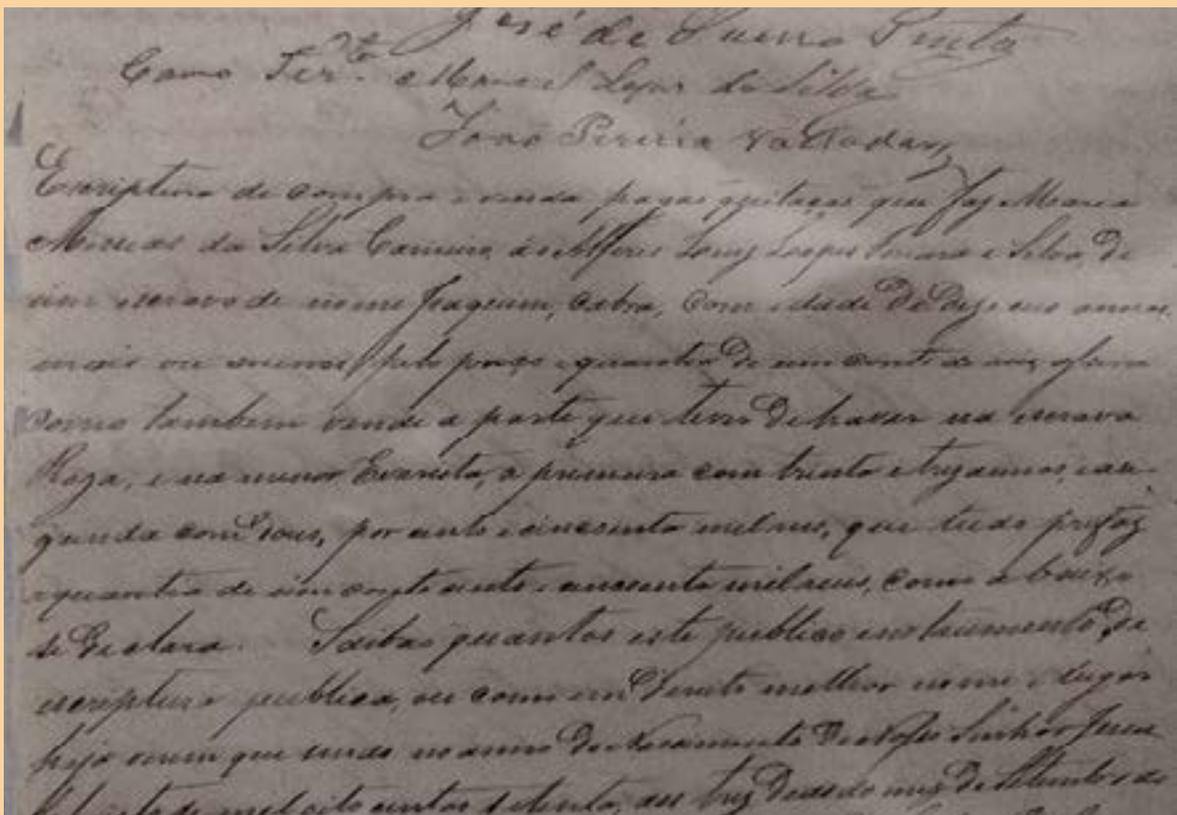
Ilustração: Charles Kevin
(Minuti Studio)

Tipos de Fontes Históricas

Fonte Escrita:

Na imagem abaixo, vemos a escritura pública de compra e venda de escravizados datado de 03 de setembro de 1870, ocorrida em Conceição do Coité. A partir de uma fonte como essa é possível ao historiador levantar dados relacionados ao período do Brasil Império, século XIX, além de vestígios do local onde a transação foi realizada, e personagens envolvidos na compra e venda dos envolvidos. Na escritura, Maria Messias da Silva Carneiro adquire 03 escravizados pelo valor total de um conto e cento e cinquenta mil reis correspondentes aos escravizados Joaquim (16 anos), Roza (33 anos) e Evaristo (2 anos). Essa compra foi feita ao alferes Luiz Lopes Ferreira e Silva.

Portanto, as fontes escritas, que podem ser uma carta que seu bisavô deixou escrita, ou um jornal, são utilizadas na construção do conhecimento histórico por parte do historiador.



(CEDOC- UNEB. livro de notas, 1869-1930)

Fonte Audiovisual:

O vídeo indicado abaixo de duração de 2 minutos é uma gravação feita nas ruas de Conceição do Coité pelo comunicador José Carneiro no ano de 1990. Percebe-se nas imagens mudanças e permanências de aspectos sociais, culturais e até estruturais da cidade, sendo assim uma fonte histórica de relevância para a produção de conhecimento histórico. Portanto, uma gravação feita com câmera de qualquer época pode ser considerada uma fonte histórica, a partir de uma investigação histórica feita por um especialista.



NOSSA GENTE P 36 1990 - Estúdio 8 TV

<https://www.youtube.com/watch?v=nKs5Pu7fqe4>

Fonte Visual:

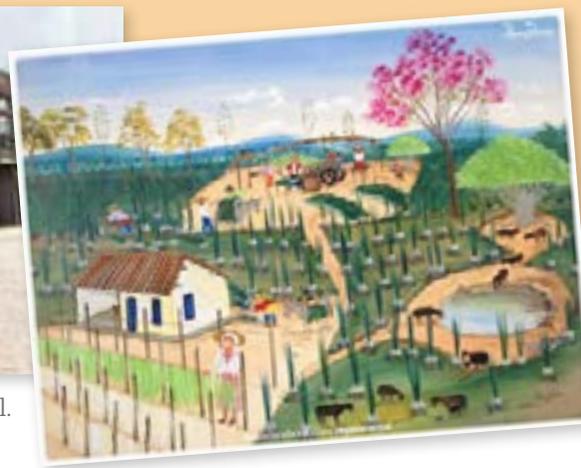
A imagem abaixo é uma fotografia da construção do Mercado Municipal, um dos imóveis públicos que fazem parte da lista de Patrimônio Histórico de Conceição do Coité. Já a tela é do pintor coiteense Pepeu Ramos, que exhibe uma paisagem natural/cultural muito conhecida em nossa região, e também pode ser considerada uma fonte visual, pois ele retrata os saberes, fazeres e a cultura local, seja da economia do Sisal, seja de outras tela que produz.

A exemplo de outras fontes, as fontes visuais, seja fotografia, pinturas, ou mapas, podem trazer preciosas informações para o pesquisador que se debruce sobre elas, buscando construir um conhecimento histórico a partir de uma metodologia de análise. É sempre bom ressaltar que o historiador produz um conhecimento científico embasados nos métodos.

Abaixo: Pintura de Pepeu Ramos.



Acima: Fotografia da construção do Mercado Municipal.



Fonte Oral:

Em linhas gerais, a fonte oral é toda e qualquer gravação em meios tecnológicos da expressão da oralidade (fala) humana. Assim, uma entrevista com sua avó contando as memórias de infância dela pode ser utilizada como uma fonte oral. Mas tem mais. As músicas, ladainhas cantadas nas igrejas, rezas, e depoimentos sobre um tema específico, quando gravados se tornam uma fonte histórica.

Patrimônio Histórico em Conceição do Coité

Patrimônio imaterial:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas).

Patrimônio material:

Patrimônio material é o conjunto de bens culturais móveis e imóveis tombados existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, ou da história local, quer por seu excepcional valor arqueológico, museológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

É claro que o patrimônio histórico de um lugar não se resume ao casario antigo de alguns prédios e casas, pois existem o patrimônio imaterial, esse mais ligado a cultura e as formas de viver, ser, e fazer de um povo ou sociedade, incluindo festas, ofícios, rituais e práticas.

Porém, é indiscutível que os aspectos do patrimônio material de um lugar também são importantíssimos para a identidade de um povo, e nesse caso nosso município deixa a desejar, pois não conseguiu preservar uma identidade arquitetônica histórica.

Pepeu Ramos e o Patrimônio imaterial

Um belo exemplo do Patrimônio imaterial de Conceição do Coité são as telas de Pepeu Ramos. Nascido em Vila Carneiro (Goiabeira) no ano 1961, é um artista plástico cujas obras representam muito bem nossa cultura sertaneja, nordestina e do semiárido.

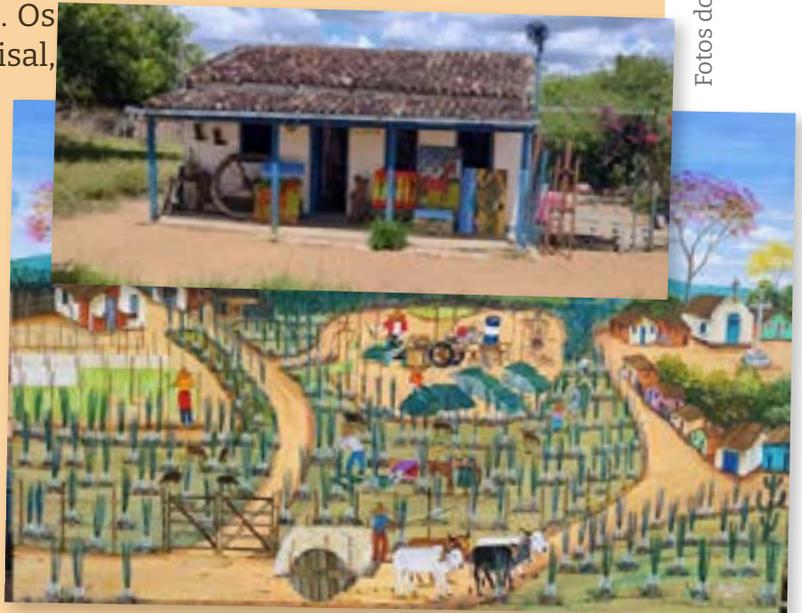


Pepeu Ramos começou sua produção artística pintando em tecidos, concha de licuri e telhas de cerâmica, além de esculpir em madeiras. Também pintava números nas camisas de futebol. O futebol, aliás, era um tema recorrente nas telhas de cerâmica produzidas no final dos anos 80 e 90, nas quais ele pintava escudos dos clubes, flâmulas e também desenhos dos jogadores. Depois ele iniciou suas pinturas em telas.

A tela mais clássica, que se tornou a mais vendida, é a que retrata um campo de colheita

e produção de Sisal (Cultura Sisaleira). Os elementos estão todos lá: o Motor de sisal, o sisal, as palhas, o sisal desfibrado, o umbuzeiro, o campo de estender a fibra, o pequeno armazém, o jumento, o carote, a panela de barro no fogão a lenha improvisado, e o mais importante, o trabalhador do sisal, aquele ser quase invisível na sociedade, mais que tem um importância ímpar na economia nordestina, retratado com as roupas típicas do seu labor.

Além da Cultura Sisaleira, outras temáticas também são constantes na obra do artista: **A Cultura Sertaneja**, retratando o homem do campo, a Caatinga e o semiárido; **à Mulher**, sempre bem destacada, em especial, pelas curvas suntuosas; **às Releituras e Abstrações**, telas essas cuja inspiração modernista é visível com traços que lembram as telas de Tarsila do Amaral, Di Cavalcante e até Cândido Portinari; e por fim **à Africanidade**, tema incorporado mais recentemente a sua obra.



Fotos do box: Acervo de fotos de Pepeu Ramos.

O Patrimônio Histórico e Cultural em Coité e a Lei Municipal

Para tratar legalmente do aspecto histórico do patrimônio foi criada a lei 887 de 21 de Novembro de 2019 que altera as leis complementares nº 19, de 02 de dezembro de 2005, e a lei nº 853, de 13 de Junho de 2018, dispondo sobre o Uso e Ocupação do Solo, Zoneamento, Expansão Urbana. Veja abaixo a lei Sobre a zona de interesse Histórico Cultural, no artigo 15 que diz:

“Zona de Interesse Histórico Cultural - Compreende o território de domínio público ou privado, que apresenta conjunto edificado de relevante interesse cultural, cuja ocupação e renovação devem ser compatíveis com a proteção e a conservação de sua ambiência e suas características sócio espaciais identificadas como relevantes para a memória da cidade e para a manutenção da diversidade da ocupação urbana constituída ao longo do tempo.

§ 1º Por esta Zona possuir características tipológicas e morfológicas que conferem identidade cultural da municipalidade e para proteção de sua integridade, ambiência e visibilidade, os bens de interesse cultural contidos nesta zona não poderão ser demolidos, ampliados e/ou descaracterizados por se constituírem como testemunhos significativos das várias fases da evolução urbana da área na qual estão inseridos.”

No Capítulo VII, em que trata do Incentivo à Proteção e Preservação, no parágrafo Único temos a definição do que seja constituído como Patrimônio Cultural, Natural e Ambiental do município de Coité:

Constitui o Patrimônio Cultural, Natural e Ambiental do Município de Conceição do Coité o conjunto de bens existentes em seu território, de domínio público ou privado, cuja proteção e preservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu significativo valor arqueológico, artístico, arquitetônico, etnográfico, natural, paisagístico ou ambiental.

No anexo desta lei encontra-se as cartografias das Zonas e Áreas de Interesse histórico-cultural da nossa cidade, cujo contabilidade não ultrapassa 04 dessas zonas: a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Conceição do Coité, a Praça da Babilônia, o Mercado Municipal e o Centro Cultural.

Embora seja um pequeno avanço a promulgação dessa lei, ficou de fora outras áreas que tem um potencial enorme e características únicas para se tornar um patrimônio histórico reconhecido pelo próprio poder público, a exemplo da área dos Olhos d'água, casas residenciais e prédios particulares no centro da cidade, estação ferroviária em Salgadália, igrejas históricas das comunidades e distritos, o sítio paleontológico em Bandiaçu, entre outros. Já que o Poder Público não reconheceu essas outras áreas, que a população reconheça esse nosso patrimônio, valorizando-os.

A Pré-história em Coité

Assim como a história do Brasil não começou com “os portugueses”, a história da ocupação do território da Bahia e conseqüentemente de Conceição do Coité também não se inicia na conquista dos colonizadores.

Na verdade muito antes da chegada/passagem dos indígenas no espaço que compreende o atual território de Conceição do Coité, nossas terras foram habitadas por animais pré-históricos.

É sabido de todos que na Bahia existem muitos sítios arqueológicos e paleontológicos com um potencial muito rico de informações sobre a ocupação do território do nosso estado seja pelos humanos, seja por animais pré-históricos. Esses vários indícios da existência pré-histórica podem ser vistos em lugares na Chapada Diamantina, na região da Caatinga, no Cerrado e no Vale do São Francisco. A Serra das Paridas em Lençóis, na Chapada Diamantina, é um desses. Lá podem ser encontradas pinturas rupestres, gravuras em pedras, artefatos e fósseis que proporcionam um grande conhecimento sobre nossa história.



(Pinturas Rupestres na Serra das Paridas, Foto autoral - 2020)

O historiador e a Pré-história

Para produzir um conhecimento histórico sobre a pré-história, o historiador dialoga constantemente com profissionais de diversas áreas como geógrafos, arqueólogos e paleontólogos. Com esses conhecimentos, o historiador consegue compreender melhor a ação humana na terra, no tempo e no espaço.

Veja a diferença entre eles:

Geógrafos: são especialistas formados em geografia, que estudam o espaço físico e as questões que envolvem a ocupação natural e humana desses espaços no planeta.

Arqueólogos: estudam os povos antigos embasados nos vestígios materiais deixados por eles como pinturas rupestres, artefatos de cerâmica, restos utensílios domésticos e até fósseis humanos. O foco maior dos arqueólogos é a ação dos humanos na ocupação espacial do planeta.

Paleontólogos: já os paleontólogos estudam os fósseis, que são restos ou evidências de atividade de seres vivos que viveram no passado, ajudando assim a compreender a vida na terra e as mudanças que ele sofreu ao longo do tempo.

Já em nosso município de Conceição do Coité, existe um local em que foram encontrados ossos gigantes de animais pré-históricos possivelmente do período chamado de Megafauna. Situado na região do distrito de Bandiaçu, o local é chamado pelos moradores de Lagoa dos dinossauros, embora os fósseis não sejam desses animais jurássicos que a garotada gosta tanto.

Tudo começou em 1993 em um período de seca, quando a prefeitura municipal na gestão do prefeito Diovando Carneiro (1993-1996) estava fazendo uma limpeza na referida lagoa com tratores, e começou aparecer pedaços de ossos enormes desproporcionais para o tamanho padrão dos animais da região.



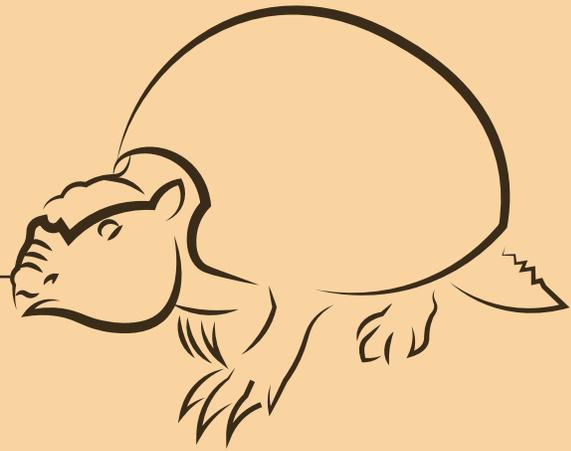
Lagoa dos Dinossauros, foto de Robenilton Pinto Carneiro.
(18 de julho de 2021)

Megafauna: os animais característicos desse período foram se extinguindo gradualmente a partir da última grande glaciação, no final do período chamado Pleistoceno (1,8 milhão a 12 mil anos atrás) . Os animais mais comuns encontrados em todo o Brasil e na maioria da América do Sul eram a Preguiça Gigante, o Mastodonte, o Tatu gigante (Cliptodonte), e o Tigre dente de sabre.

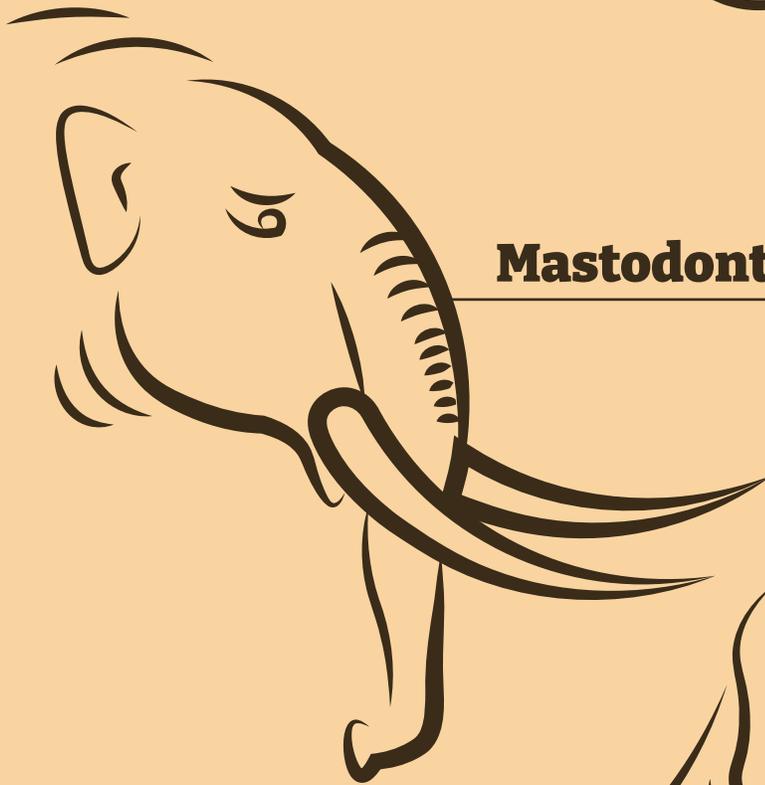


**Tigre dente
de sabre**

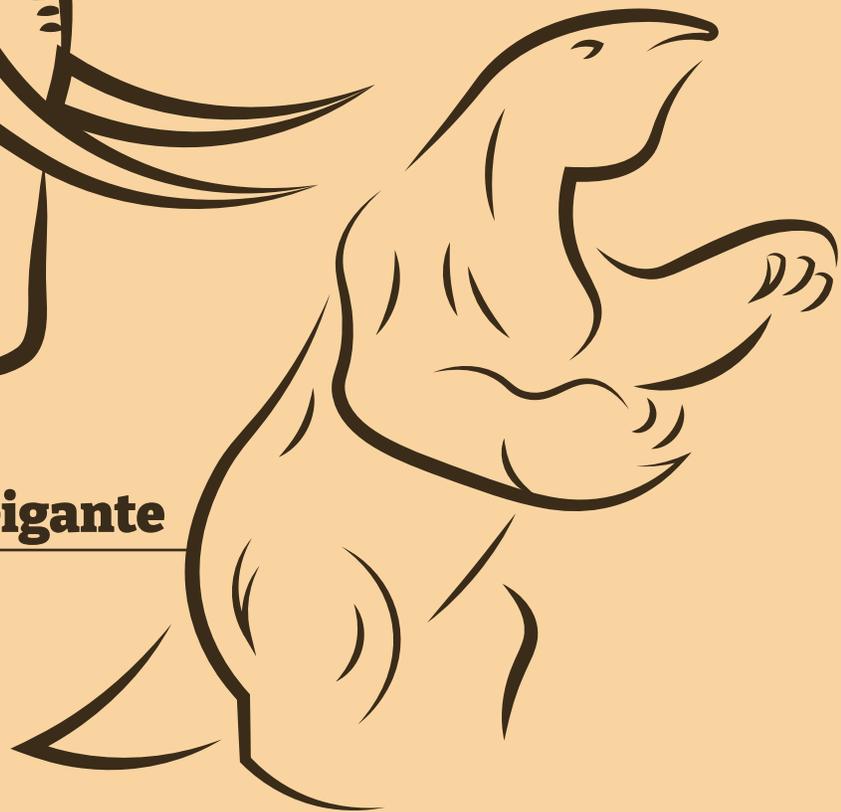
Tatu gigante
(Cliptodonte)



Mastodonte



Preguiça Gigante



Infográfico: Charles Kevin (Minuti Studio)

Com a repercussão do caso, a prefeitura local entrou em contato com pesquisadores da área, e na época, o geólogo Ruy Kenji Papa de Kikuchi veio até o município para averiguar as peças. Ele atestou que os ossos possivelmente seriam de dois tipos de mamíferos de grande porte do período quaternário (entre 2,5 milhões e cinco mil anos atrás).

Os moradores locais dizem que o local onde foi construído a Lagoa sempre foi utilizado para abastecimento local, principalmente no período de estiagens, e que era necessário a utilização de até duas escadas para se alcançar o fundo onde encontrariam água. Antes de ser lagoa, o lugar era uma cacimba (poço cavado para encontrar água no solo a partir da minação). Na parte interna era visível, segundo esses moradores, muitos desses ossos, que eles não imaginavam ser de animais pré-históricos como hoje é possível afirmar.

Alguns desses fósseis foram entregues ao Departamento de Ciências Exatas da UEFS, e é possível também que o Instituto de Geociência da UFBA tenha recebido peças dessa descoberta, pois a quantidade de exemplares impressionou. Muitos moradores tem essas peças até hoje em suas casas. Um grupo de moradores do local chegou a se organizar para tentar criar um museu ou um parque paleontológico na comunidade,

mas não conseguiram. Até hoje não existe nenhuma proteção no local, ou mesmo placas informativas sobre a importância do sítio.

À esquerda: Fóssil encontrado na Lagoa dos Dinossauros, julho de 2021. Foto Robenilton Pinto Carneiro

À direita: Foto de Cival Anjos (divulgação internet)



PALEONTOLOGIA

Sítio baiano tem fósseis de mamíferos gigantes

BIAGGIO TALENTO

SALVADOR — Cientistas da Universidade Estadual de Feira de Santana confirmaram ontem a descoberta, feita por trabalhadores rurais, de um cemitério de animais pré-históricos na localidade de Bandedeira, em Conceição do Coité, um dos municípios mais afetados pela seca no sertão baiano. Os ossos fossilizados achados numa lagoa seca, pertenceriam, segundo o geólogo Ruy Kenji Papa de Kikuchi, que examinou parte do material, a pelo menos dois tipos de mamíferos de grande porte do período Quaternário, época Pleistoceno (entre 2,5 milhões e 10 mil anos atrás).

O mais novo sítio paleontológico baiano foi encontrado por acaso, quando a prefeitura de Conceição do Coité procurava água no leito seco da Lagoa Grande (que tem uma área de aproximadamente três hectares). Quando o trator escavava a terra, ossos gigantescos começaram a aparecer. Ibaner.

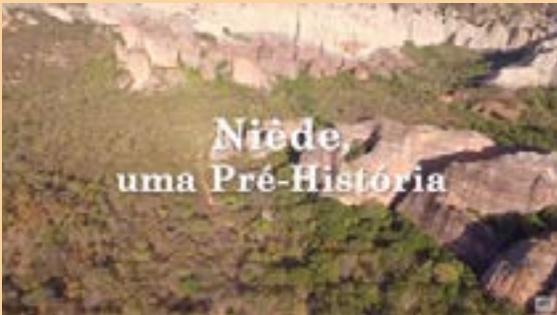
Local de descoberta

Ele relacionou entre os fósseis, a extremidade posterior de uma presa, fragmento da parte posterior de um maxilar, fragmentos de ossos e vértebras de cauda e fragmentos de dentes; omoplata; fragmento de maxilar; fêmur e fragmentos da porção anterior de uma presa.

O geólogo também entrevistou dezenas de moradores da região descobrindo que mesmo os animais pré-históricos

Jornal Estado de São Paulo de 18 de Agosto de 1993, traz a notícia da descoberta dos fósseis em Conceição do Coité.

Aprendendo no Youtube

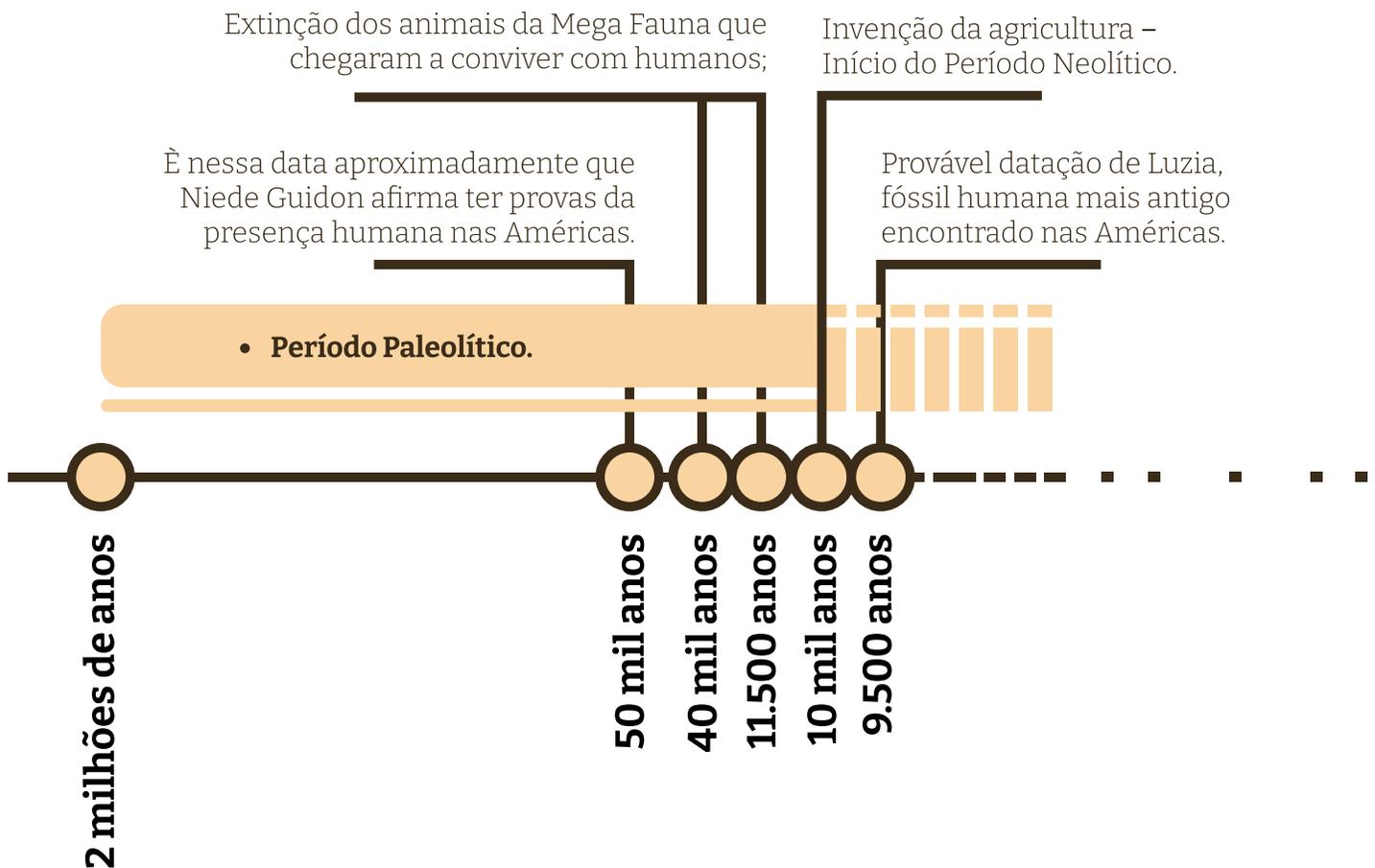


Reportagem de Sergio Moraes C. Brandão, com edição de Javier Canteros, com um balanço parcial das descobertas e realizações da arqueóloga Niède Guidon, desde o primeiro encontro do repórter com arqueóloga em 1988.

<https://www.youtube.com/watch?v=VLXlQGibMOU&t=1132s>

Se situe no tempo:

* As datas dessa linha do tempo ocorreram antes da chamada era cristã, popularmente conhecida como antes de Cristo. (a.c)



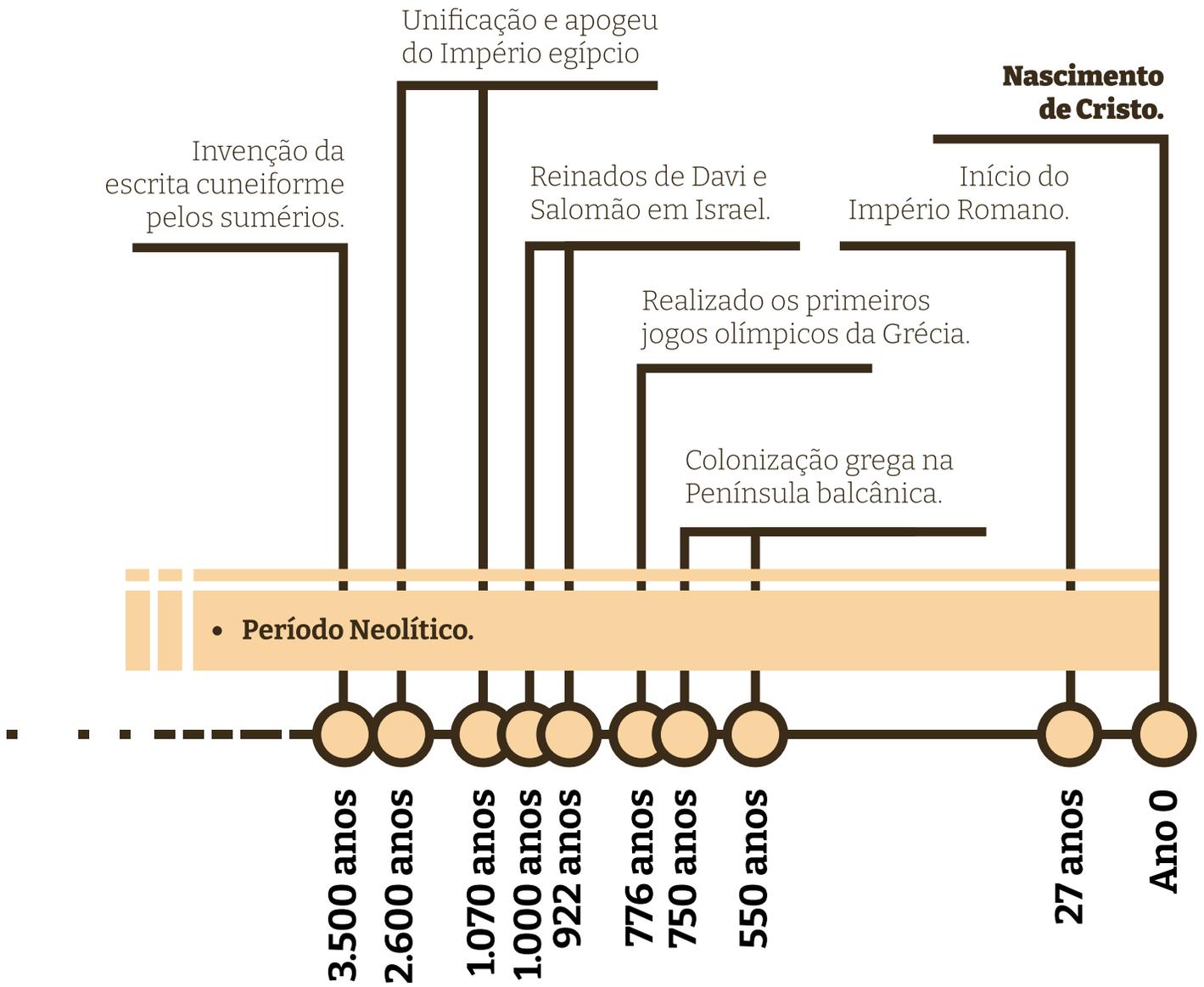




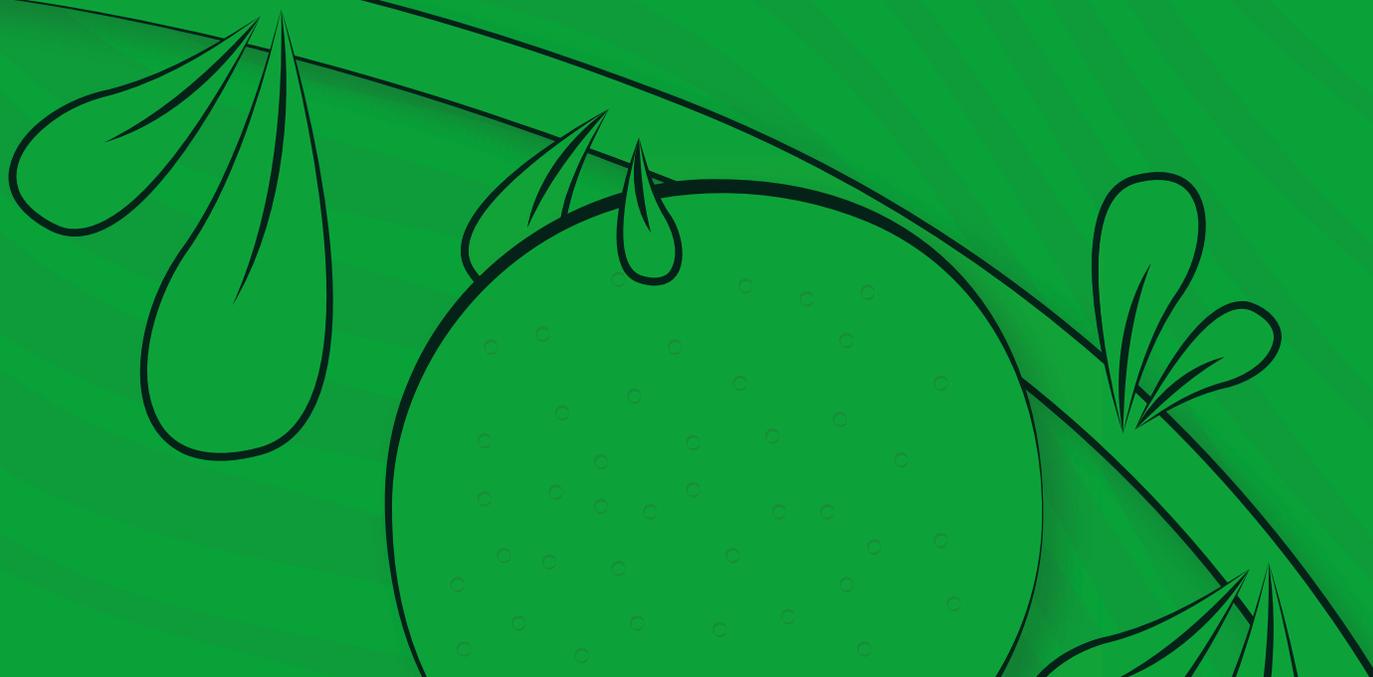
Ilustração: Charles Kevin (Minuti Studio)

Robenilton Pinto Carneiro

 minuti
STUDIO

Ocupação Territorial, Colonização e os Indígenas

em Conceição do Coité



Ocupação Territorial, Colonização e os Indígenas. em Conceição do Coité.

Depois que os portugueses chegaram em nossas terras e resolveram ocupar o território onde habitavam os indígenas, muita violência foi praticada contra essas populações, que hoje chamamos de Povos Originários, ou Povos indígenas.

Nesse período inicial da colonização, o Rei de Portugal organizou alguns sistemas político-administrativos para melhor ocupar o território. Assim, começou com as Capitânicas Hereditárias, e depois foi instituído o Governo- Geral para melhor organizar a difícil tarefa de colonizar o País. O Primeiro Governador Geral foi Tomé de Souza, responsável pela construção de Salvador, fundada em 1549.

A Ocupação dos Sertões dos Tocós

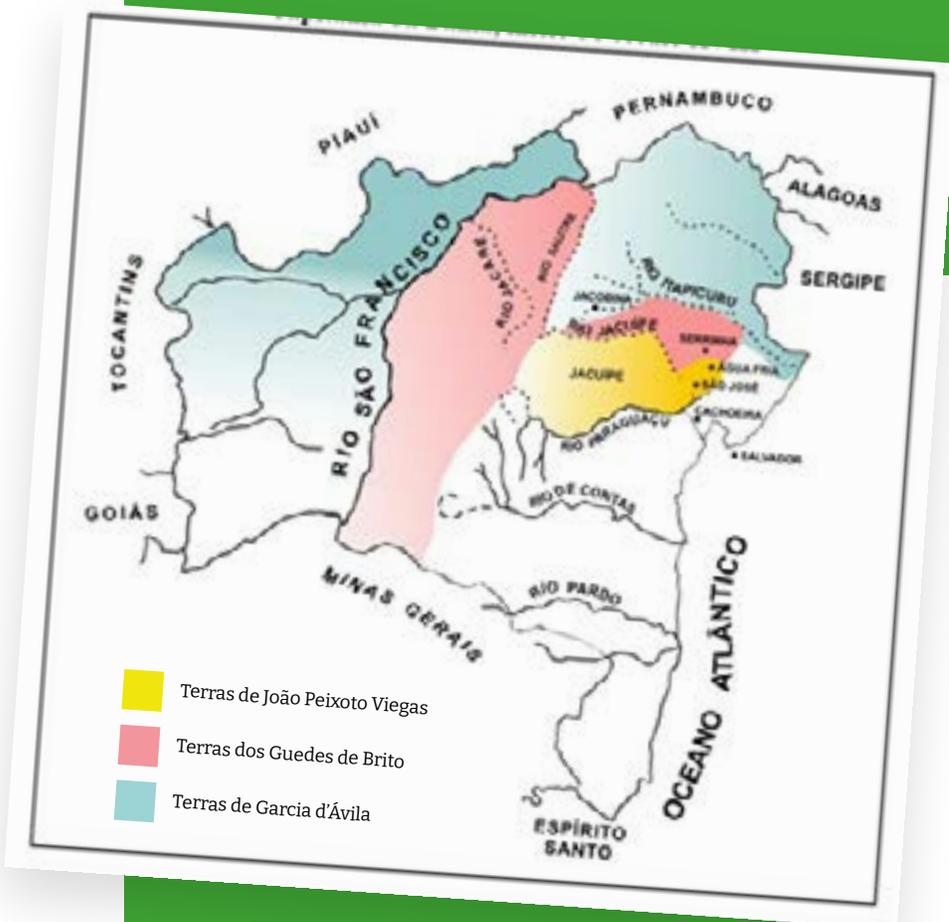
As terras que atualmente pertence ao município de Conceição do Coité foram durante vários anos, na verdade, mais de dois séculos, de propriedade dos Guedes de Brito. Antônio Guedes de Brito, provavelmente o mais destacado, recebeu doação Real das terras, combateu os holandeses durante a invasão à Salvador (1624), e foi um dos mais atuantes sertanistas e desbravadores dos sertões.

Os Guedes de Brito se tornou uma marca. Na verdade, era um privilégio de nobreza que em Portugal chamava morgado. Raramente instituído no Brasil, objetivava perpetuar latifúndios e domínios territoriais, vinculando-os perpetuamente em contrato cartorial, com autorização régia, e era transmitido hereditariamente sem a possibilidade de venda. Todos os titulares desse morgado deveriam adotar os sobrenomes Guedes de Brito, por determinação da verba testamental que o instituiu no século XVII. Esse domínio perpassou por seis gerações, até 1835.

Depois da morte do sexto Conde da ponte, João de Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, esse domínio vai se desintegrar, e os herdeiros irão negociar as terras que tinham.

Latifundiários dos Sertões dos Tocós

Entre os Séculos XVI e XVIII, a Casa da Torre, dos Garcia D'ávila, e a Casa da Ponte, dos Guedes de Brito, respectivamente o maior e o segundo maior latifúndio do Brasil-colônia, passaram a rivalizar e disputar territórios no sertão da Bahia. Esses conflitos se davam pela busca de cada vez mais ampliarem seus domínio, sobretudo pela necessidade do desenvolvimento da pecuária (criação de gado), até chegar em terras cujo houvesse a possibilidade de mineração, desejo esse que existia desde a conquista das terras em 1500. Outro grande latifundiário que dividiu fronteiras com esses grandes proprietários de terras foi José Peixoto Viegas, cujas propriedades se estendiam a Água Fria, Jacuípe Velho e Itapororoca, região de Feira de Santana atualmente.



Terras dos Guedes de Brito, Garcia d'Ávila e João Peixoto Viegas Capitania da Bahia, início do século XVIII.

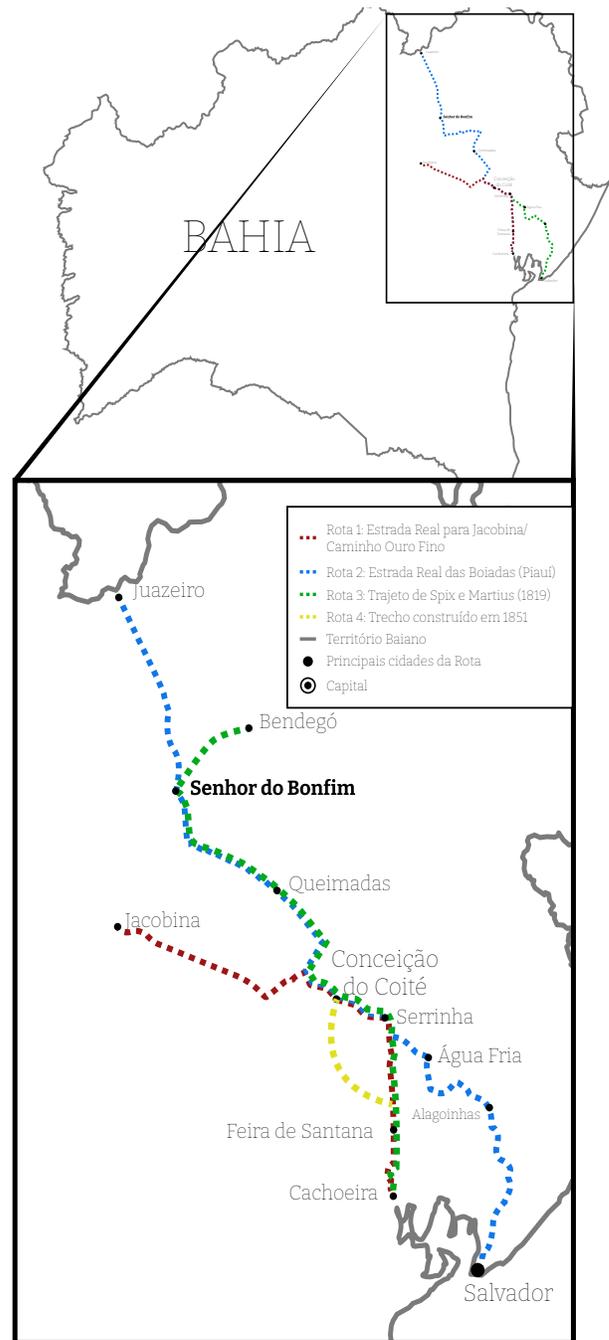
Fonte: FREIRE, Luiz Cleber Moraes. Nem tanto ao mar nem tanto à terra: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850 -1888. Feira de Santana, UEFS Editora, 2011. p. 42.

Os Caminhos dos Sertões

Para lograr êxito na ocupação territorial dos sertões da Bahia, muitas estradas foram abertas para melhor fazer chegar os colonos em todo o território, seja por meio da criação de gado, seja pela procura dos metais preciosos (ouro, prata, diamante, etc.), entre outros.

Duas das principais estradas da Bahia na época colonial passava exatamente em Conceição do Coité, uma podia ser acessada a partir de Salvador e a outra de Cachoeira. A Estrada das Boiadas para o Piauí, iniciava-se na capital, e passava onde atualmente é são as localidades de Pirajá (bairro de Salvador), Catu, Alagoinhas, Água Fria, Serrinha, (onde se conectava com outra que saía de Cachoeira), e seguia até Coité. Depois de Coité, essa estrada novamente se bifurcava, uma em direção a Jacobina, outra para Juazeiro (Rio São Francisco) e o Piauí. A que seguia pra Jacobina, ficou também conhecida como Caminho do Ouro fino, e tinha o objetivo de facilitar a mineração do ouro na antiga vila. Ao longo do tempo essas via terrestres vão sendo acrescidas de novas rotas, à medida que a colonização avança pelos sertões. Assim, tempos depois essa mesma Estrada Real do Gado passa a incorporar uma nova rota para quem iria para Juazeiro, Rio São Francisco e seguia para o Piauí.

Em 1851, por exemplo, essa estrada foi alvo de reivindicações por parte dos habitantes de Conceição do Coité e Jacobina que pediram a Câmara de Feira que alterasse o caminho, a fim de encurtar a estrada em até cinco léguas (em torno de 30 km), “viagem quase de hum dia”, de quem se deslocava para a região passando por Feira de Santana. A proposta de abertura da nova estrada chegaria a Conceição do Coité, sem precisar passar por Serrinha. Atualmente essa estrada conecta Coité, Juazeirinho, Ichu, Candeal e Tanquinho até a BR 324.



Glossário

Rio Tocó: Com sua nascente em Araci, sua extensão passa pelos municípios de Barrocas, Conceição do Coité, Serrinha, Candeal e Riachão do Jacuípe, onde deságua no Rio Jacuípe.

Sertão dos Tocós: Região que abrangia as terras dos Guedes de Brito onde atualmente situam-se os municípios de Conceição do Coité, Serrinha, Ichu, Candeal, Lamarão e Teofilândia, Araci e Barrocas.

Território do Sisal: Atualmente, nossa região é denominada de Região Sisaleira ou Território do Sisal, planta essa que foi implementada a partir da década de 1940 e se tornou a principal atividade econômica desses municípios.

Indígenas em Coité?

Foi na ocupação desse território que os posseiros enfrentaram, expulsaram e dizimaram os indígenas que habitavam a região. É importante dizer que na Bahia vários grupos étnicos nativos se espalharam no povoamento das terras muito antes a ocupação portuguesa do território.

Basicamente, três grandes matrizes étnicas se destacaram na ocupação das terras que hoje são o Estado da Bahia: Os Tupinambás (ou Tupininquins), os Ges (ou Jê) e os Kariris (ou Kiriri). Com a chegada dos portugueses, houve deslocamentos, enfrentamentos e guerras entre os nativos contra o invasor.

A presença de indígenas no território que hoje é o município de Conceição do Coité e região sisaleira ainda é pouco conhecida. Escritores locais e memorialistas da região têm difundido a ideia de que nessa região habitavam os índios “Tocós”, e por isso mesmo a sesmaria foi denominada “Tocós” e a região de “Sertão dos Tocós”. Os historiadores e pesquisadores acadêmicos também não trazem muitas informações sobre a presença desses habitantes antes da tomada de suas terras.

Ainda no século XVII, há registros em documentos dos Guedes de Brito e de alguns jesuítas que no processo de expansão e domínio das terras na região, eles enfrentaram conflitos, estranhamentos e realizaram até acordos com índios Tapuias, Cariocas, Sapoiás, Carapaus e Paiaiás (Payayas). No caso destes últimos, eles se organizaram com maior atuação na região de Jacobina. Nesses documentos não há citação específica sobre o território de Coité.

Por conta da situação climática e da dificuldade de recursos hídricos, possivelmente nossa região foi pouco utilizada para moradas permanentes desses povos, embora

certamente essas terras fossem acessadas por vários deles para caçada ou mesmo na tentativa de encontrar um lugar que viabilizasse a moradia.

Um outro caminho para se tentar chegar a informações sobre os indígenas é compreender as instalações da Companhia de Jesus nos sertões. Geralmente, os religiosos se instalavam em regiões onde era grande o número de habitantes nativos.

E para dificultar ainda mais a presença perene de indígenas no Sertão dos Tocós, havia também todo o processo de ocupação e colonização do território, o que evidentemente afastavam esses povos da região. Muitos colonizadores caçavam e destruíam várias das possíveis tribos que poderia ter se instalado no local.

Certamente o vestígio mais incisivo da presença de nativos em nossas terras seja o estudo toponímico dos nomes das localidades. Muitos dos nomes de lugares ou localidades tem origem no tupi antigo, como Tocó (hoje há um rio com esse nome na região), Pindá (atualmente, Pinda, comunidade local), Coité, Biritinga (antes chamado Beritingas), Araci (vocábulo tupis “ara” (dia) e “cy” (mãe), significa ‘a mãe do dia’), Tapuiu (povoado), Itareru (povoado), Itapicuru (rio), Tamburi, Bandiaçu (distrito), entre outros.

Interpretando o documento

O trecho abaixo é da carta do Padre Antônio Vieira ao Rei de Portugal Pedro II, datada de junho de 1690, e se refere a missão jesuítica do Saco dos Morcegos, atualmente terra indígena Kiriri de Mirandela, município de Banzaê:

Sôbre a junta que se fez acêrca da mudança da aldeia do Saco dos Morcegos, fui de singular parecer, porque cada um é obrigado a dizer o que entende. Os pontos que se haviam de resolver eram dois: primeiro, se convinha e era necessária a mudança; segundo, se em virem presos três ou quatro dos que a repugnavam, como tinha resoluto o Governador antecedente, havia perigo. A necessidade da mudança se fundava em que os tapuias do Saco, por falta de água e mantimentos, só assistiam naquele sitio seis meses do ano, e nos outros seis se metiam pelos bosques a sustentar-se da caça e frutos agrestes, morrendo lá as crianças e catecúmenos sem baptismo, e os baptizados tornando tão gentios como de antes eram; e a êste ponto nada se deferiu. Ao segundo todos responderam com o exemplo dos tapuias do Rio Grande, e medo de outra rebelião semelhante, sendo a causa o número da gente, nunca sujeita nem doutrinada, antes provocada com muitas injustiças, e de mui diferente nação, e por todas as outras razões não havendo nesta que reccar.

Observe que o religioso mostra preocupação com os nativos, pois no período de estiagem, com falta de água e mantimentos, eles abandonavam as missões e moravam na mata em torno de 06 meses, dificultando o processo de catequização dos nativos. Atualmente, essa é a tribo indígena organizada e existente mais próxima de Conceição do Coité. A constatação apenas reforça a dificuldade que os povos indígenas do sertão tinham para sobreviver quando as condições naturais e climáticas não favoreciam. Na região dos Tocós, nenhuma missão jesuítica foi empreendida, o que demonstra escassez de nativos em nossas terras.

Líder indígena Lourival, em frente a Igreja da matriz de Mirandela, Aldeia indígena Kiriri. Foto de 2019



Origem do nome Coité

É na lógica da origem das palavras que o escritor local Orlando Barreto defende que o nome Coité é de origem indígena, e vem das palavras CO = Buraco e ETÊ = Importante, referindo-se ao tanque ou fonte cujas águas eram utilizadas pelos tropeiros e viajantes que passavam nessas terras e descansavam nas águas frescas, do lugar que posteriormente seria chamado de Olhos D'água.

Já segundo a tradição oral, o arraial de Coité originou-se de pouso de tropeiros que se deslocavam de Feira de Santana rumo à Jacobina. Em nossas terras, que aos poucos era povoada, eles dividiam a jornada, descansando num local onde havia fonte de água, os Olhos D'água, sob o abrigo de uma árvore, cujos frutos eram pequenas cabaças que, no idioma primitivo, recebiam o nome de 'Cuite' (pequena cuia) a qual, serrada no meio era utilizada pelas donas de casa. Falava-se também que exista um pé de "Cuité" nos arredores da Igreja, também utilizado para descanso desses tropeiros.



Foto de uma coiteizeira, ou pé de Coité em Vila Carneiro (Goiabeira)

Ilustração: Charles Kevin
(Minuti Studio)

20

Em mil seiscentos e seis
A famosa construção
Que permitiu ao Governo
Fiscalizar o sertão
E trazer algum progresso
No doloroso processo
De sua colonização.

22

Na nascente do Coité
Os Tocós acabados
Viviam em pequenos grupos
Mas sempre aquartelados,
De repente uma milícia
Com o poder de polícia
Deixa-os apavorados.

25

O tanque ficou sem índio
Dessa data por diante,
Os índios sobreviventes
Fugiram no mesmo instante
Foram fazer sua morada
Numa terra sossegada,
Mas daqui muito distante.

27

Dos índios que existiam
Nada mais deles existe,
Mas por ser uma raça forte
O seu grito ainda resiste
Denominando lugares,
Nas formas alimentares
A força deles persiste.

21

Com a abertura da estrada
Os Guedes se interessaram
E em seicentos e doze
Esta terra eles ganharam,
Como sabiam dar os nós
De Sesmaria dos Tocós
Logo, logo, a registraram.

23

Antonio Guedes de Brito
Criou equipes potentes
Para defender a terra
Que era dos seus parentes,
Banindo dela os gentios
E com atos dos mais frios
Matou todas essas gentes.

24

Foi uma guerra sem par
Que os índios jamais viram,
No violento combate
Escaparam os que fugiram,
Alguns foram dominados,
Foram presos e humilhados
E como escravos serviram.

26

Por esse terrível ataque
Com mortes aleatórias
Destruuiu todas as tribos,
Só restaram suas histórias
E um pouco de tradição
Que fas apenas menção
Do que ficou nas memórias.

28

O responsável do ataque
Violento e temerário,
O nobre Conde da Ponte
Recebeu em Inventário
As terras da Sesmaria
Que mais tarde o tornou
Grande latifundiário.

Orlando Matos Barreto

(Livro: Conceição do Coité: da Colonização
à Emancipação 1730 - 1890)

Olhos D'Água: Saciando a sede de visitantes ilustres?

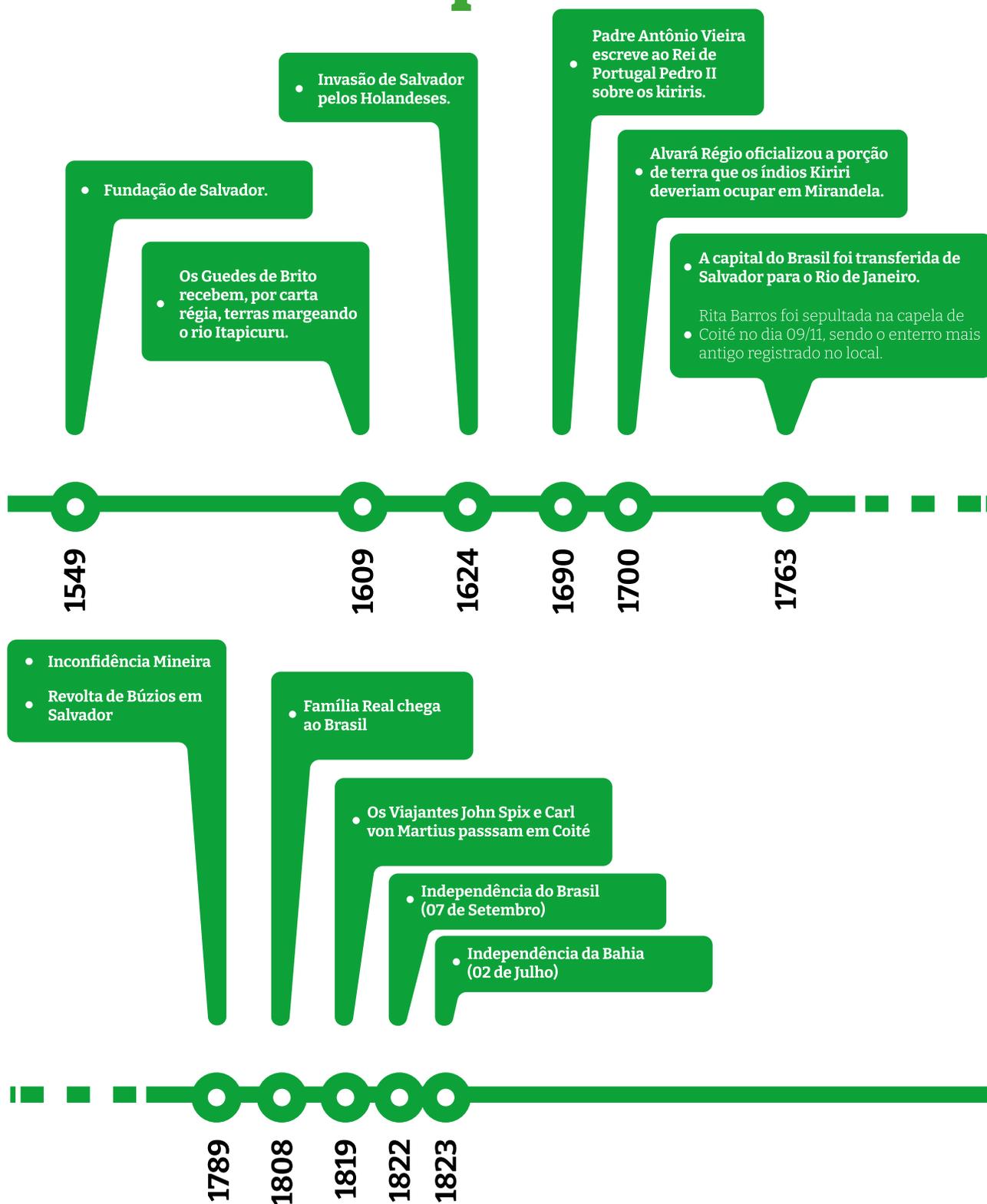
As águas frescas que jorrava da fonte dos Olhos D'Água, como foi dito acima, era parada obrigatória para muitos brasileiros, em sua grande maioria, baianos, por que sabiam que encontrariam água fresca naquele local, mesmo em épocas de estiagem. Além disso, nossas terras também receberam visitantes europeus ilustres no finalzinho do período colonial, porém esses não foram tão bem recebidos por aqueles que dominavam o acesso às águas da fonte.

Foi assim que ficou registrado nos anais da história a passagem dos estrangeiros, o zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Martius, no ano 1819, que figuram entre os mais famosos e importantes viajantes que já desembarcaram no Brasil. Depois de passar anos viajando o Brasil, eles chegaram a Bahia e fizeram vários itinerários, até sair de Salvador em direção a Monte Santo, pois por serem cientistas, gostariam de conhecer o meteorito de Bendegó. Foi nesse trajeto, que os viajantes passaram nas estradas das boiadas, em Coité, e ensejaram se saciar nas águas frescas dos Olhos D'Água. Foi então que ocorreu a surpresa, pois não tiveram uma recepção nada agradável, sendo chamados de “ingleses vagabundos”!

Leia abaixo, um trecho da passagem desses dois cientistas em nossas terras:

Na fazenda Patos, onde pernoitamos, os animais encontraram uma pequena poça de água verde, para a qual se precipitaram com avidez. Animaram-nos com a notícia de que a maior dificuldade estava vencida, porque no lugarejo chamado Coité, seis léguas distantes de Patos, uma fonte abundante manava do rochedo. Chegamos a esse lugar da promessa na noite de 4 de maio. Quão grande foi, porém, o nosso terror, quanto o vimos de perto! Numa escavação de 12 pés de profundidade produzira-se uma fenda na rocha de granito, onde se achava uma pessoa aparando com uma cuia a água que gotejava. Mais de trinta pessoas, mulheres e moças, estavam reunidas ao redor dessa fonte do deserto, para descerem por ordem, como determinava o juiz local, que se achava presente, e homens com espingardas, para em caso de necessidade fazerem valor, à mão armada, os direitos dos seus. Não se podia contar com água suficiente para os animais cansados e, quando pedimos um pouco para as pessoas, obtivemos a arrogante resposta: “Aqui só existe água para nós e não para ingleses vagabundos!” Um soldado reformado forneceu-nos, por dinheiro algumas medidas de água; nos aconselhou continuar a viagem na mesma noite, por não poder ele nos garantir e caído, havia pouco, uma trovoadas a noroeste de Coité, e talvez perto da estrada. Resolvemos seguir este conselho, apesar de se terem recusado ao serviço diversos animais nossos e de terem sido dois dos nossos companheiros acometidos de febre violentíssima. Parecia-nos que maior demora nos ameaçaria de uma desgraça geral. (SPIX; MARTIUS, 1938, p. 286-287).

Se situe no tempo:



Robenilton Pinto Carneiro

Escravidão

em Conceição do Coité

Escravidão

em Conceição do Coité

A escravidão foi um processo jurídico-social instituído no Brasil na primeira metade do século XVI, que trouxe violências, dores, privação da liberdade, e que perdurou por mais de 300 anos, até sua abolição oficial em 1888.

Inicialmente com indígenas, e depois com africanos, esse processo foi se sofisticando ao longo do tempo, e tinha o objetivo inicial de exploração das terras dominadas por Portugal, e que hoje basicamente se tornou o nosso país.

Usados principalmente no trabalho do campo, como na lavoura da Cana de açúcar, café, pecuária, e na plantação de cereais (feijão, milho, mandioca, algodão, fumo, etc), os escravizados africanos também trabalharam na mineração e em diversas ocupações mais especializadas como artesanatos (carpintaria, olaria, etc) durante esses 03 séculos de escravização. Tinha também os escravos domésticos, que cuidavam dos afazeres das casa grande, das fazendas. Na sociedade colonial, “os escravos são as mãos e os pés do senhor do engenho”, como dizia o padre Antonil. Podemos estender essa afirmação e afirmar que toda a economia do Brasil colônia estava baseada no escravidão africano.

Além disso, dentro da sociedade colonial, os escravizados eram uma parcela significativa da população, pelo menos até o século XIX, onde o número de escravizados vai diminuindo com o fim do tráfico de escravizados, com as alforrias que vão sendo conquistadas, e com a campanha abolicionista que mobiliza parte da opinião pública para pôr fim a escravidão. No primeiro Censo realizado no Brasil em 1872, os escravizados eram 15% da população.

Escravidão em Coité

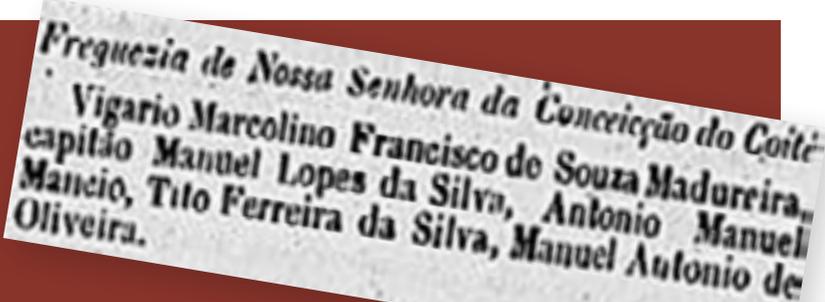
Importante destacar que em Conceição do Coité, como em qualquer parte do território brasileiro, houve escravidão. As vezes isso soa estranho para muita gente nos dias atuais, que imagina que a escravidão ficou restrita às grandes propriedades latifundiárias, seja de manufatura de cana de açúcar, café, ou mineração, e nos grandes centros urbanos, mas que no semiárido baiano, que hoje conhecemos como território do Sisal não houve escravização.

Obviamente, as características da escravidão no Sertão dos Tocós foi assentada de acordo as condições sociais, econômicas e territoriais dessa região. Como tínhamos uma economia voltada para a Agricultura (plantação de milho, feijão, mandioca, batata, etc.) e Pecuária, atividades que naquele período não demandavam tanta mão de obra. O Sisal, manufatura que emprega atualmente muita gente em nosso território, só foi implementado na região na década de 1940, mais de meio século do fim da escravidão.

Além disso, é importante destacar as características das propriedades rurais e dos proprietários nesse contexto. Embora eles tivessem muitas terras, a média de escravizados por proprietário era baixa em relação a outras regiões, como o recôncavo.

O Censo de 1872 e a escravidão

O Censo era um acontecimento. O Jornal Correio da Bahia, em sua edição de 04 de junho de 1872 registra a nomeação da comissão censitária da paróquia por parte do Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques.



Freguezia de Nossa Senhora da Conceição do Coité
Vigário Marcolino Francisco de Souza Madureira,
capitão Manuel Lopes da Silva, Antonio Manuel
Mancio, Tito Ferreira da Silva, Manuel Antonio de
Oliveira.

Fonte: Hemeroteca digital, Jornal Correio da Bahia, edição 57, de 1872.

Segundo o Censo de 1872, o primeiro realizado no Brasil, ainda no Império, a população coiteense era de pouco mais de 4 mil e 100 pessoas, e dessas, cerca de 6% era escravizada (287 pessoas), média bem abaixo dos 15% da população escravizada no Brasil.

A população geral livre era de maioria negra, sendo que os Pretos eram mais de 37%, e os Pardos 32%. Percebe-se que já nessa época a maioria dos negros (pretos e pardos) já eram livres.

Essa população estava distribuída por todo o território que hoje é o município de Coité. A maioria dessa população se localizava nas fazendas e comunidades da época, que corresponde aos povoados e distritos atuais. A sede também já apresentava as primeiras ruas que se constituíam no entorno da Igreja Matriz.

Comparando a população escravizada, Coité tinha menos escravizados que Serriinha (que tinha cerca de 20% da população escravizada), embora o município vizinho tivesse também uma população um pouco menor. Já comparando com Riachão do Jacuípe, a população escravizada é em torno de 6%, semelhante a de Coité. Isso demonstra que as condições sociais e econômicas de Riachão do Jacuípe se assemelha com Coité até nessa questão. Curiosamente, 6 anos depois da realização do Censo pelo Império, Coité passa a fazer parte do município de Riachão.

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	1755	405	470	651	229
	Mulheres....	2144	500	801	755	88
	Somma.....	3899	905	1271	1406	317
Escravos	Homens.....	140	62	78
	Mulheres....	147	59	88
	Somma.....	287	121	166
Somma geral		4186	905	1392	1572	317

Fonte: Censo de 1872, pg. 166 (província da Bahia, seção Paroquia de Conceição do Coité)

A lei do Ventre Livre em 1871, que concedia liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, foi um divisor de águas no âmbito das alforrias. Isso porque, a partir dessa lei, o proprietário de escravos não tinha mais o poder de decisão da anuência da libertação ou não. Agora, se o escravizados tivesse condições para pagar a alforria, o senhor não poderia mais negar a liberdade. Até essa lei, em última instância, era o senhor quem dava o beneplácito da liberdade, mesmo se o escravizado tivesse dinheiro suficiente para a alforria.

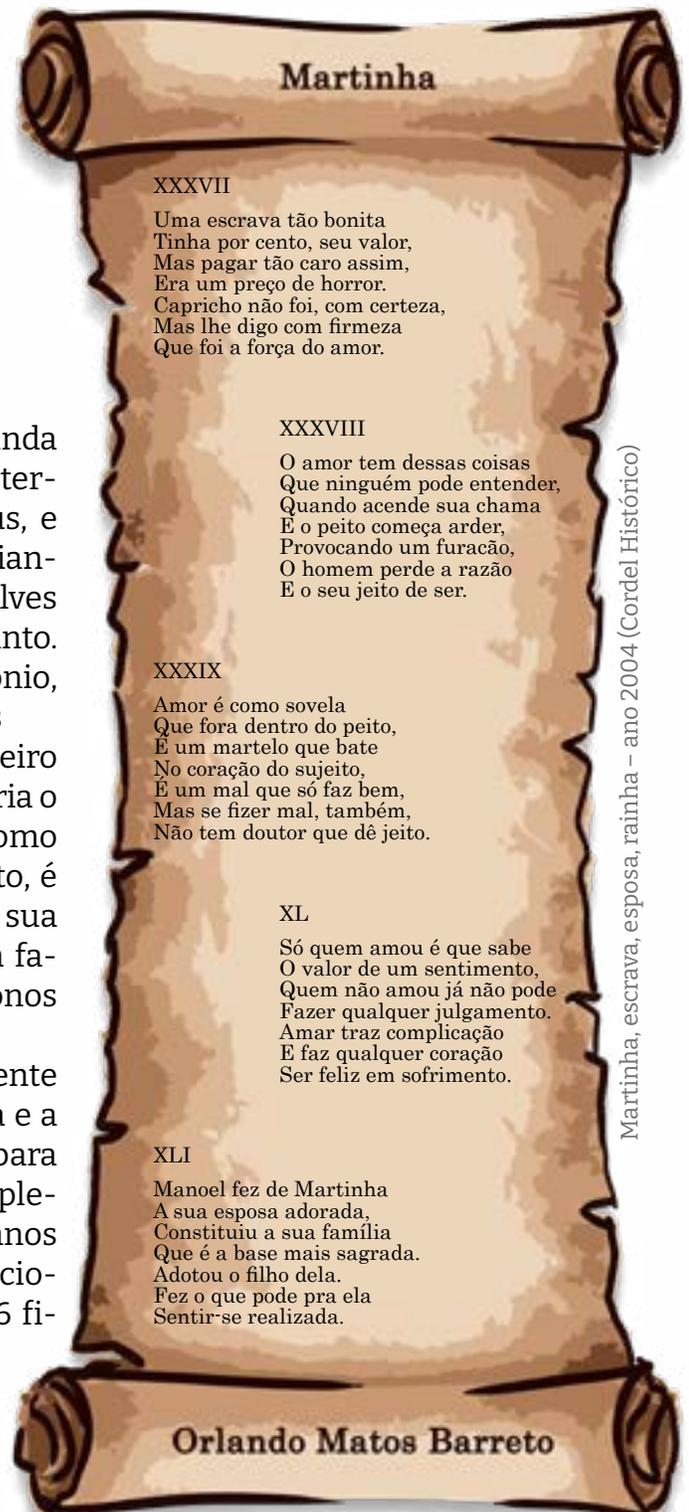
Outro fator importante que mostra o declínio da quantidade de escravizados no século XVIII, era a quantidade de alforrias que os escravizados conseguiram ao longo do tempo. Os escravizados conseguiam autorização de alguns senhores para vender frutas, verduras e outros produtos nas feiras livres, e assim juntar dinheiro para conseguir alforria. Também era comum eles receberem heranças e doações dos próprios senhores pelo bom procedimento no labor, além de terem autorização para plantar e criar animais nas roças desses senhores. Tudo isso ajudava no pecúlio.

Martinha: uma ex-escravizada em Coité

É nesse contexto social e político da segunda metade do século XIX que nasce Martinha em terras coiteenses. Filha de Antônia Maria de Jesus, e possivelmente separada da sua família ainda criança, Martinha era propriedade do casal Manoel Alves da Costa e Bernardina Claudina do Espírito Santo. Quando a filha desse casal contraiu matrimônio, Martinha foi doada por meio da partilha de bens

Entre seus 15 ou 16 anos, ela teve seu primeiro filho, Saturnino. Não há informação de quem seria o pai do menino, mas em 1870 ele foi registrado como propriedade dos antigos donos da mãe. Portanto, é possível que Saturnino tinha ficado próximo a sua mãe, mesmo sendo de outra dona. Era comum famílias formadas por mães e filhos cativos de donos diferentes convivendo na mesma propriedade.

A vida de Martinha muda completamente quando Manoel Cedraz se apaixonou por ela e a compra em 1870 por um valor acima do normal para as características da época. O afeto mudou completamente a relação entre os dois. Mesmo com 21 anos de diferença de idade, os dois viveram um relacionamento estável, embora não oficial. Tiveram 6 filhos ao todo, 5 deles reconhecido na escritura



de perfilhação em 1883, e uma outra nascida em 1885: Antônio (1874), Joviniano (1879), Belmiro (1880), Graciliano (1882), Eufrásia (1883) e Maria Alcina (1885).

O casamento entre eles chegou um ano após a Abolição da Escravidão no Brasil, em 1889, na Igreja Matriz de Conceição do Coité, com as bênçãos do Padre Marcolino Madureira. Eles viveram uma união estável por mais de 4 décadas.

A história de Martinha nos revela o quanto a força do amor entre um homem e uma mulher pode fazer.

Embora não fosse incomum o relacionamento amoroso entre senhores proprietários de escravas com as próprias, o caso de Martinha e Manoel Cedraz se destaca justamente pela estabilidade. Eles viveram mais de 40 anos juntos, estiveram 5 filhos, todos batizados na igreja com padrinhos do ciclo familiar do casal. Além disso, Martinha sempre procurou ter proximidade também com seus irmãos de sangue.

Provavelmente, esse relacionamento entre um homem branco e uma mulher negra, ex-escravizada causou algum desconforto na sociedade da época, principalmente os familiares que poderiam ter resistido a união dos dois, sobretudo pelo preconceito existente e também pela condição social.

E depois da Abolição?

Para além da própria história de amor entre Manoel e Martinha, a trajetória social dos filhos deles demonstram o quanto as condições materiais/financeiras legadas pelo casamento, proporcionaram uma descendência estruturada, primeiro pela educação, já que os filhos do casal foram estudar na Vila de Santa Bárbara, pois em Coité não havia escola suficiente, e segundo, pela herança deixada, com muitas propriedades e terras. Se compararmos trajetórias de libertos no pós-abolição de 1888 com os descendentes de Martinha, é possível perceber o quanto uma política pública de inclusão aos libertos poderiam garantir uma sociedade menos desigual e injusta. Os descendentes de Martinha conseguiram manter uma vida digna, principalmente pelas condições materiais que herdaram, já a maioria dos libertos pós-abolição não receberam indenização, nem terras, nem assistência do governo, gerando assim consequências brutais para as populações afrodescendentes como a violência, a marginalização, a pobreza e a favelização das cidades.



Ao lado: Página da revista Manchete sobre a novela.

Abaixo: Casa de Chica da Silva no século XVIII. Fonte: Iphan, (<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1278>)

A Chica da Silva Coiteense?

Uma analogia.

A história de Martinha lembra muito a trajetória de Chica da Silva. Fazendo uma analogia dessas personagens, Chica da Silva (Francisca da Silva de Oliveira,) nascida escrava, posteriormente alforriada, viveu no Arraial do Tijuco - atual Diamantina - então pertencente ao município do Serro, Minas Gerais, durante a segunda metade do século XVIII. Ela foi vendida para um médico, Manuel Pires Sardinha, com quem teve um filho. Em 1753, João Fernandes de Oliveira, contratador de diamantes e desembargador, um homem riquíssimo, comprou Chica da Silva de seu antigo dono pelo valor de 800 mil-réis. Pouco depois de ter sido comprada, ela foi alforriada e os dois assumiram uma relação afetiva pública, embora, não tivessem casados. Ela teve 13 filhos com ele. Chica era uma mulher rica, e vivia com tal, desfrutando dessa influência nos círculos mais nobres de Diamantina. Tinha muitas propriedades, escravos, e participava ativamente das irmandades religiosas católicas da época. Chica da Silva se tornou um personagem muito conhecida no Brasil porque sua história foi retratada em livros, peças teatrais, romances biográficos, filmes, novelas, e até samba enredo de carnaval, porém com uma imagem deturpada e estereotipada, tratando-a de forma as vezes grosseira, as vezes sensualizada e libertadora, o que destoava das características mais comuns das mulheres de seu tempo.



Manoel Cedraz: afinal, quem era esse homem?

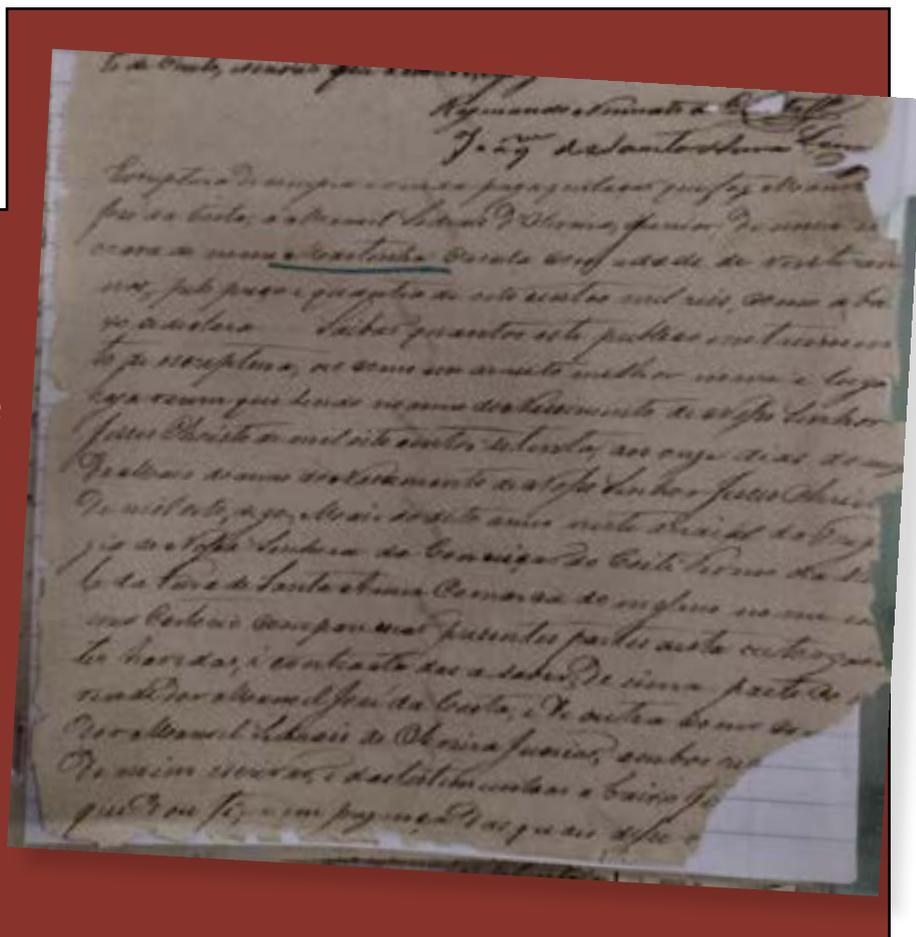
Homem branco de posses, detentor de algumas propriedade rurais em Coité (nove ao todo no final da vida), possivelmente nascido em 1828, ele era bisneto de Antônio Frutuoso, um dos fundadores de Serrinha. Proprietário de 09 escravos. Antes de conhecer Martinha, ele teve um filho. Manoel tinha o apelido de Mané Tenda, e era eleitor apto para votar em 1881 no processo eleitoral, embora faltante no dia da eleição por conta de doença. Faleceu aos 88 anos, em 1916.



Foto: Romão Cedraz de Oliveira - pág.32.

De olho no documento:

Escritura de compra e venda de Martinha - 1870.

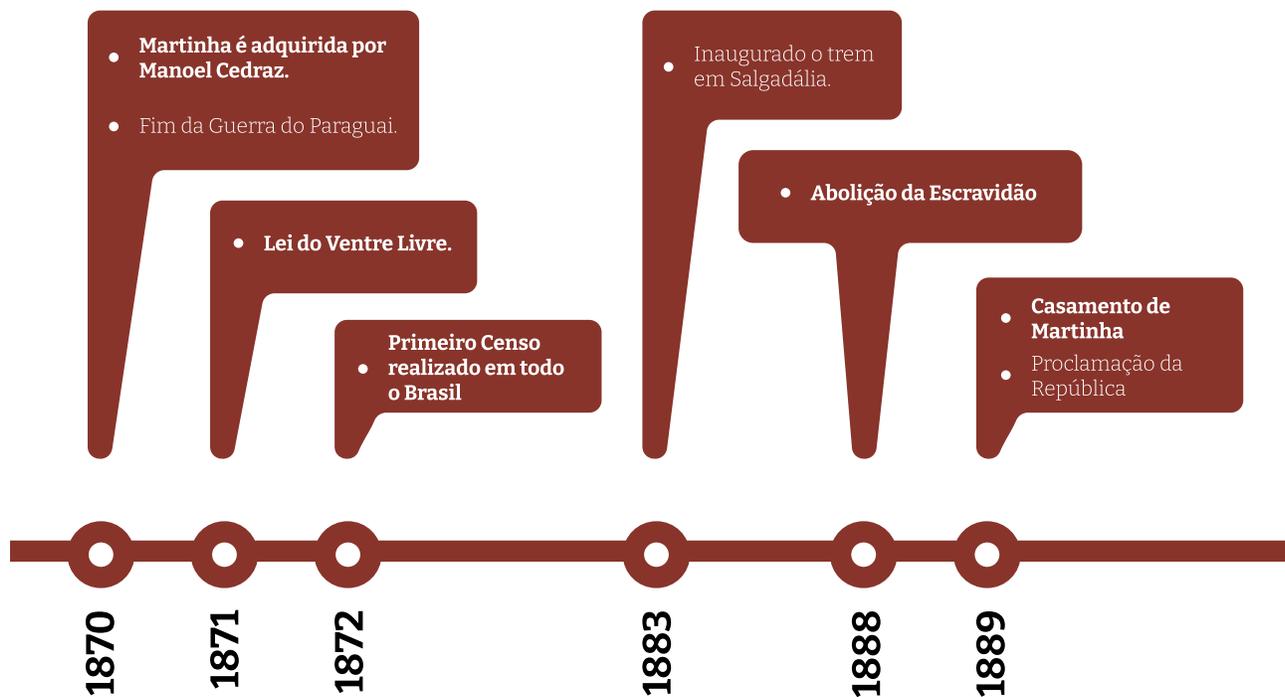


Cedoc - UNEB; Livro de Notas: 1869-1930)

Com a palavra, a especialista:

“A trajetória da escrava Martinha e de seus filhos não é um caso único, a historiografia tem demonstrado outras relações entre senhores e suas cativas. Mas, o seu diferencial reside no fato dela ter se tornado a única mulher de Manoel Cedraz, já que a relação foi oficializada na igreja católica e, também, por Martinha ter conquistado espaço na sociedade em que vivia. Sua história foi e é assumida pelos seus descendentes e narrada com orgulho por eles. Assim, faz-se necessário estudá-la, conhecer os pormenores de sua relação com Manoel Cedraz e as consequências dela para a vida de sua prole, seis filhos pardos, cinco deles com sobrenome reconhecido na sociedade coiteense, oriundo da família Cedraz.” p. 17 (Edimária Lima, autora da dissertação **Martinha: A história de uma ex-scravizada no sertão de Coité (1870-1933)**)

Se situe no tempo:

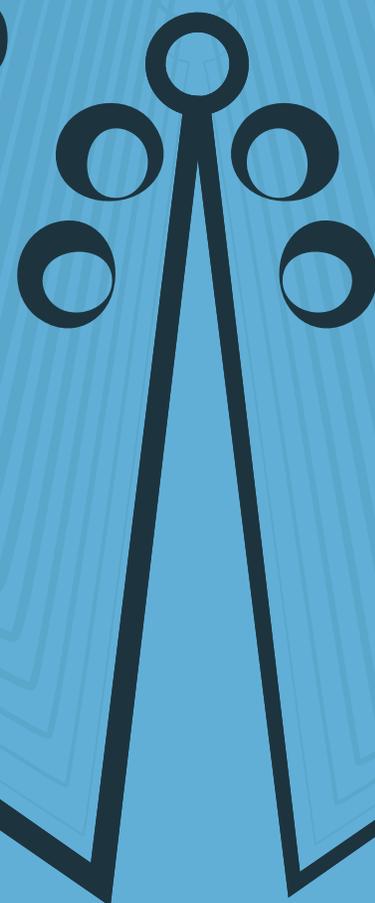


Robenilton Pinto Carneiro

 minuti
STUDIO

Movimentos político-sociais em Conceição do Coité:

da República Velha à
Revolução de 30



Movimentos político-sociais em Conceição do Coité: da República Velha à Revolução de 30

Ilustração: Charles Kevin
(Minuti Studio)



A República chega em Coité

O início da República no Brasil coincide com a Emancipação Política de Conceição do Coité que ocorre um ano depois em 17 de dezembro de 1890, quando o município se desmembra de Riachão do Jacuípe. Se na data da Proclamação da República houve uma pequena resistên-

cia de setores monárquicos especialmente em Salvador contra o que eles chamavam de “golpe”, dias depois essa dúvida deixara de existir, e a Bahia enfim aderira ao novo regime com a posse de Manoel Vitorino como governador da Bahia.

Nos últimos anos do governo imperial de D. Pedro II, Coité era um lugarejo em ascensão social, política e econômica. A chegada do Trem (1883) em nossas terras trouxe um sopro de modernidade, colocando nossa terra nos trilhos do “progresso”, palavra que será incorporada à bandeira nacional repaginada pela República. O fim da Escravidão (1888) trouxe liberdade a população cativa que ainda existia, e a seca castigava todo o território, fazendo com que o governo do Estado autorizasse a construção de mais alguns açudes.

Na economia, o carro chefe eram as atividades agropecuárias, com grandes fazendas de gado para o abate, e roças menores para plantação de feijão, milho, mandioca, verduras e legumes. Nesse período, a plantação de algodão e fumo trazia dividendos para os produtores que vendiam rede, panos de algodão e fumo de rolo, culturas praticamente inexistentes nos dias atuais.

De olho no Documento

Em 1890 é criado o Arquivo Público da Bahia (APEB) um dos mais importantes do mundo dado seu acervo de valor inestimável. Em 1893, o diretor do arquivo, Francisco Vicente Vianna edita a obra Memória sobre o Estado da Bahia, a pedido do governador do Estado Joaquim Manuel Rodrigues Lima, que apresentará tal obra na Exposição de Chicago, evento ocorrido nos Estados Unidos. Veja abaixo, trecho da obra, fazendo um breve panorama de Coité em 1893:

30) *Conceição do Coité*—situada sobre um monte arenoso de pequena elevação, a sete leguas da cidade da Serrinha e seis da villa do Riachão do Jacuípe, composta de

casas terreas caiadas, formando seis ruas e uma praça, em que se acha a matriz de Nossa Senhora da Conceição, unica igreja da villa, havendo apenas mais uma no arraial do Valente.

N'essa praça tem lugar as feiras semanaes. Ha mais um cemiterio em distancia de quinhentos metros da villa, em boa posição, com uma capellinha. Os habitantes do municipio criam gado vaccum, cavallar, suino, lanigero, caprino e muar e lavram fumo, algodão, mandioca, batatas, etc. Sua principal industria é a fabricação de redes, pannos de algodão, fumo de rolo, e descarçamento de algodão, com cujos productos commercia a villa com a capital, Alagoinhas, Feita de Sant'Anna, Serrinha, Bomfim, Jacobina, Monte-Alegre, etc.

(VIANNA, Francisco Vicente. Memória sobre o Estado da Bahia Salvador: Typographia e Encadernacao do 'Diario da Bahia', 1893 p. 253)

Constituição Federal e Código de Postura Municipal

Enquanto o Brasil instituía sua segunda Constituição Federal, a primeira da República, em 1891, Conceição do Coité que acabara de se emancipar, criava seu primeiro Código de Posturas (também conhecido como Constituição Municipal, atualmente a Lei Orgânica).

O código de posturas nada mais era do que um regulamento com regras na qual o cidadão daquele município deveria seguir à risca, e caso descumprisse, receberia punição pela infração da lei. Abaixo, destaque de 05 posturas que foi criada em 1891:

Postura nº 6: Fica igualmente proibido pescar nas aguadas particulares deste município sem o prévio consentimento de seus donos sob pena de 5\$000 (quinhentos réis) de multa ou 05 dias de prisão e o dobro na reincidência.

Postura nº 10: toda pessoa que tiver cão que pague e coma ovelhas e cabras será obrigado a mata-lo e não o fazendo será o cão morto pelo prejudicado, incorrendo o dono do mesmo na multa de 20\$000 (vinte mil réis) ou 7 dias de prisão e o duplo na reincidência.

Postura nº 11: Toda pessoa que edificar (fazer casa) nesta vila e seus povoados o fará somente com licença da municipalidade e dentro do respectivo alinhamento dado pela mesma, sob pena de ser demolida a obra a sua custa e multa de 5\$000 (quinhentos réis) ou 05 dias de prisão.

Postura nº 20: Fica igualmente proibido tomar banho nas fontes de Barrocas, Nossa Senhora e Caldeirão dos Olho d'Água nesta vila, e bem assim lavar animais nas mesmas, o infrator sofrerá multa de 5\$000 (quinhentos réis) ou 05 dias de prisão.

Postura nº 41: ninguém poderá deixar criança de sua família sem ser vacinada até a idade de seis meses, salvo justo impedimento sob pena 5\$000 (quinhentos réis) ou 05 dias de prisão.

A ferrovia chega em Coité

A vinda do trem para Conceição do Coité foi permeada de duas situações que merecem destaque. A primeira é que inicialmente a estrada de ferro passaria na sede do arraial, mas depois da intervenção de lideranças políticas ligadas aos grandes latifundiários da época, o trajeto foi mudado para passar na região de Salgadália. Os argumentos utilizados para essa mudança era que o trem poderia atropelar os animais das fazendas onde seriam implantados os trilhos, além do medo que os fazendeiros e senhores locais tinham de perder suas filhas em namoros ou encontro afetivos com viajantes e trabalhadores que acessariam aquelas terras. É bom lembrar que o conservadorismo e o moralismo daquela época eram muito fortes no interior.

Resolvido a questão da nova rota, surgiu a outra situação. Os coiteenses estavam ansiosos para que o trem chegasse logo para que pudessem ter um transporte mais rápido e acessível. Porém, depois da inauguração da estação de Serrinha em 1882, passou-se um ano e meio e as obras estavam atrasadas. Assim, um grupo de moradores local encaminhou um abaixo assinado para o Presidente da Província (atual cargo de Governador), solicitando celeridade nas obras, pois o atraso atrapalhava a vida dos coiteenses, que sofriam com mercadorias que demoravam de chegar, ou com a possibilidade de ir busca-las.

Representação

Achando-se terminados os trabalhos da linha ferrea da Serrinha á estação da Salgada, e tambem a casa da referida estação, os habitantes do Coité dirigiram ao exm. sr. cons. presidente da provincia a seguinte representaçã: :

Illm. e exm. sr.—Os abaixo assignados, habitantes da parochia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, d'esta provincia da Bahia, seperados da capital por 47 leguas, da cidade de Cschoeira por 26 e da villa da Serrinha por 7, veem reclamar a v. ex. contra os prejuizos que soffram com a demora da abertura do trafego do prolongamento da via-ferrea na estação da Salgada, distante da sede de sua freguezia 3 leguas.

Quando, exm. senhor, os habitantes da villa da Serrinha gosam da facilidade do transporte e bem assim os de Agua-fria e Ouriçogas ha mais de dous annos, e mais ainda do beneficio de receber suas mercadorias em curto prazo, despeza modica e sem avarias, porque as recebem immediatamente das estações, os habitantes e negociantes do Coité as recebem com grande demora, crescidas despezas e muitas vezes avariadas; tudo devido ao transporte, em animaes, accrescendo que muitas vezes nem as podem retirar da estação da Serrinha

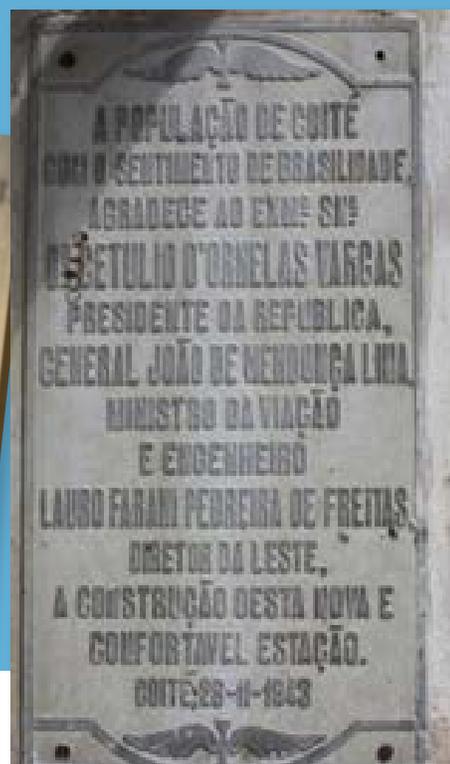
(Jornal Gazeta da Bahia, edição 113, 24 de maio de 1883)

Essa reivindicação assinada por professores, padres, lavradores, escrivão, comerciantes, entre outros, no dia 12 de abril de 1883 e publicada dia 24 de maio no jornal Gazeta da Bahia (ver abaixo). Pelo que se sabe, o protesto sentiu efeito e no final de dezembro de 1883, o trecho Serrinha/Coité estava inaugurado com a presença do Presidente da Província, Pedro Luís Pereira de Souza.

Em 1943, a estação de Salgadália foi reconstruída no governo de Getúlio Vargas, e atualmente está abandonada, precisando de uma restauração completa.



(Foto Autor desconhecido)



(Placa de reinauguração de 1943)

Crescimento populacional

Durante o período da Primeira República (1889-1930), o país realizou o Censo Demográfico em 03 ocasiões: 1890, 1900 e 1920. Em 1900, a contagem da população apresentou inconsistências, e em 1910, o Censo que seria realizado foi cancelado. Os dados dos censos de 1890 e 1920 são importantes para percebermos a dinâmica do crescimento populacional de Coité nesse período.

Em 1890, Conceição do Coité tinha registrado 3.448 homens, 3.504 mulheres, totalizando uma população de 6.952 pessoas. Para efeitos comparativos, Serrinha possuía 6.666 pessoas, e Riachão do Jacuípe, do qual Coité tinha acabado de se desmembrar, tinha 8.953 moradores (se somados à população de Gavião, que era de 3.046, chegava a 11.999).

Já no Censo de 1920, Coité tinha 17.445 habitantes (incluído a população do distrito de Valente). Riachão do Jacuípe tinha registrado 19.320 habitantes (incluídos os distritos de Candéal e Gavião), e Serrinha, 28.958 (incluídos os distritos de Pedras, Biringinga e Lamação).

Censo Demográfico	1872	1890	1920	1940	1960
População Coiteense	4.186	6.952	17.445	26.141	28.666
Fonte: IBGE	1970	1980	1991	2010	2021
	35.020	41.427	53.320	62.040	67.394

O Censo dos animais

O Censo de 1920 incorporou pela primeira vez a parte agropecuária, contando os estabelecimentos rurais do país pela primeira vez. Coité tinha 1.202 estabelecimentos rurais, com 1.061 proprietários registrados. Essas propriedades variavam de pequenas propriedades até propriedades de 25 mil hectares. A população de bovinos era de 19.976, ovino era de 27.363 e de caprinos 37.948.

1920: A década dos “revoltosos” em Coité

A década de 1920 foi deveras agitada nas terras de Conceição do Coité porque no intervalo de 09 anos, três (03) acontecimentos importantes ocorreram ou tiveram uma relação com nossa cidade: a Revolta Sertaneja de 1920, a Coluna Prestes em 1926 e a passagem do Bando de Lampião na região em 1929.

A Revolta Sertaneja de 1920

No final de 1919 houve eleições estaduais na Bahia para o governo do Estado para substituir o governador Antônio Muniz. De um lado estava o juiz federal Paulo Fontes, apoiado por Ruy Barbosa, do outro, J.J. Seabra, que tentava seu segundo mandato, e não tinha a simpatia do Presidente da República recém eleito Epitácio Pessoa.

Findada as eleições, Seabra vence o pleito, mas políticos e coronéis anti-seabristas não aceitam a derrota e iniciam a Revolta Sertaneja. Liderados principalmente por Horácio de Matos, coronel de Lençóis e parte da Chapada Diamantina, eles marcharam em direção à capital nas primeiras semanas do ano de 1920. A esperança da Revolta era que Epitácio Pessoa (Presidente do Brasil) declarasse intervenção federal contra J. J Seabra, já que eles rivais políticos.

É nesse grave contexto de revolta que o povo coiteense também faz adesão à Revolta, e no dia 22 de fevereiro de 1920 se revolta contra o governo, desarmando o destacamento armado local e depondo as autoridades governamentais. Na noite desse mesmo dia, tropas que saíram de Feira de Santana chegaram a vila de Coité para reforçar esse apoio.

Esse episódio demonstra que as forças políticas municipais estavam antenadas aos acontecimentos políticos do Estado, e que as correlações de força nos agrupamentos políticos são sempre permeadas nas camadas de poder que as vezes se expressam no âmbito local, regional, estadual e até no nacional.

A tão esperada intervenção militar federal ocorre no dia 23 de fevereiro de 1920 um dia após os coiteenses aderirem a revolta, porém foi feita para garantir a posse de J.J. Seabra e assegurar a lei e ordem administrativa, e não o contrário, como esperavam os revoltosos. Apesar da decepção, os coronéis da Chapada Diamantina e São Francisco, conseguiram a assinatura de um documento no Convênio de Lençóis, que garantiam a eles total isenção de responsabilidade civis e criminais de violências praticadas no âmbito da Revolta, além de uma certa influência nas decisões políticas e administrativas nos municípios da região.



Correio da Manhã, 23 de fevereiro de 1920

Casa de Horácio de Mattos em Lençóis, na Chapada Diamantina (Foto de 2020)



Capa do livro Horácio de Mattos: sua vida e suas lutas de autoria de Olímpio Barbosa

após os coiteenses aderirem a revolta, porém foi feita para garantir a posse de J.J. Seabra e assegurar a lei e ordem administrativa, e não o contrário, como esperavam os revoltosos. Apesar da decepção, os coronéis da Chapada Diamantina e São Francisco, conseguiram a assinatura de um documento no Convênio de Lençóis, que garantiam a eles total isenção de responsabilidade civis e criminais de violências praticadas no âmbito da Revolta, além de uma certa influência nas decisões políticas e administrativas nos municípios da região.

A Coluna Prestes em Coité

A Coluna Prestes foi um movimento que surgiu a partir do tenentismo, quando jovens militares brasileiros se rebelaram e começaram uma marcha/coluna pelo interior do país para conscientizar a população sobre política entre 1924 e 1927.

Depois de sair do Sul e Sudeste do país, a coluna chegou a Bahia no ano de 1926, quando o estado era governado por Góes Calmon (1924-1928) e sofreu resistências na Chapada Diamantina, pelos batalhões patrióticos, que eram formados por jagunços liderados pelos senhores de terras e coronéis ligados ao governo central da época. Destacou-se nessa resistência o coronel Horácio de Mattos, que foi o comandante dessa força, aquele mesmo que foi o grande líder da Revolta de 1920. Em junho de 1926, a coluna chegou em Pé de Serra e Riachão do Jacuípe, trazendo apreensão a população. Em Pé de Serra haveria uma missa que foi interrompida.

Algumas famílias abandonaram suas casas e foram para a caatinga se esconder. Em seguida, foram para Riachão, no dia 20 de junho. O Jornal Folha do Norte, com sede em Feira de Santana noticiou que a passagem da coluna em Riachão trouxe arrombamentos, pilhagem, depredações e até decapitação. Possivelmente, depois de atravessar o Rio Jacuípe, eles seguiram rumo a Coité.

Livro *Conceição do Coité e os sertões dos Tocós* descreve a passagem de Prestes em Coité

Em *Conceição do Coité*, o principal líder desse movimento, Luís Carlos Prestes esteve presente e chegou a conversar com alguns moradores locais, entre eles Wercelêncio Calixto da Mota, popularmente chamado “Seu Mota” por conta de sua atuação política por décadas no município. O trecho abaixo é um relato do escritor Vanílson Oliveira no livro *Conceição do Coité e os sertões dos Tocós* sobre essa passagem.

Um fato pitoresco, em relação a “seu Mota”, aconteceu em 1926, quando a Coluna Prestes, conhecida também como “revoltosos”, chegou a Coité. Relata-nos sua filha Olga que o pai lhe contava que os revoltosos, ao entrarem em Coité, encontraram a Vila deserta, tão somente com papai, que era o delegado naquela época. Ele estava fechando sua padaria, em frente onde é hoje o ponto de táxi; e surge o capitão Luís Carlos Prestes, líder do grupo...” (LOPES, 2021, p. 91)



A conversa se desenrolou, segundo o relato, de forma amigável, entre Wercelêncio Calixto da Mota (seu Mota) e Prestes, que teria dito que “...nós somos da “Coluna Prestes” e estamos caminhando pelo Brasil afora, divulgando nossas ideias e lutamos por um país livre e soberano. Somos acima de tudo patriotas” Ao passar por Coité, a marcha seguiu em direção ao norte, passando por Tucano e chegando em Cícero Dantas no dia 26 de junho.

A tradição oral relata alguns episódios pitorescos sobre esse acontecimento em Coité, e a exemplo do que aconteceu em Pé de Serra e Riachão, muita gente fugiu para as roças e caatingas com medo de ser roubado, preso, ou até executado.

Quem foi “Seu Mota”?

Wercelêncio Calixto da Mota (1894-1959) foi um importante líder político de Conceição do Coité, tendo sido Intendente e prefeito em mandatos distintos. Sua influência é tão grande que a expressão “Coité de Seu Mota” se popularizou e é utilizado por pessoas que querem fazer referência ao município. Ele também é o único político que é homenageado em todo o território com um busto na principal avenida da cidade.

Foto: Robenilton Pinto Carneiro (2022)



Aprendendo história no Youtube



Documentário de Miguel Antônio Carneiro que aborda a passagem da Coluna Prestes em Pé de Serra e Riachão do Jacuípe em junho de 1926, baseados em depoimentos de pessoas que testemunharam o ocorrido.

<https://www.youtube.com/watch?v=EyImYY9U4iA&t=4s>

O Bando de Lampião no sertão

O Cangaço, e mais especificamente o bando de Lampião, foi grupo de pessoas que andavam armadas, geralmente com animais (sobretudo cavalos e burros) no sertão nordestino e promoviam invasões, saques e atos de violência nos lugares em que chegavam. As vezes esses atos eram movidos pela vingança, disputas de terras e disputas políticas. Em alguns casos, os cangaceiros ajudavam famílias pobres ou em situação de miséria, e agiam com um ideia muito peculiar de justiça que eles impunham por onde passavam.

O Bando de Lampião nunca estiveram no território coiteense, e o mais próximo que passou, foi 03 anos depois da incursão dos tenentes da Coluna Prestes. Isso aconteceu em 1929, nas proximidades de Santa Luz quando Lampião e os cangaceiros que lhe seguia invadiram Cansanção e Queimadas. Conta-se que ele não passou em Santa Luz porque o padroeiro de lá, Santa Luzia, era uma santa que ele tinha muito respeito, inclusive sendo devoto, pois o mesmo tinha o olho esquerdo cego decorrente da fricção de um espinho de quipá, planta comum da caatinga, depois que um policial atingiu com tiros a planta próximo ao olho do Capitão Virgulino, que foi alvejado indiretamente pelo cacto.

Não confunda quem eram os “revoltosos”!

Embora tenham ocorrido na mesma década, os acontecimentos da Revolta sertaneja de 1920, A Coluna Prestes em Coité em 1926 e a passagem do Bando de Lampião entre Santa Luz, Cansanção e Queimadas em 1929 não tem correlação alguma. Apesar disso, as pessoas de um modo geral faz uma confusão de informações sobre os “revoltosos” da Coluna Prestes, e sobre os “revoltosos” do bandos de cangaceiros como sendo a mesma coisa, misturando memórias de episódios históricos diferentes. Talvez, a similaridade de como esses grupos atuavam, andando em grupos armados, invadindo cidades e vilarejos, se transportando em animais, tenha ajudado a contribuir com essa confusão. Some-se a isso o fato da Revolta Sertaneja ter ocorrido também nessa década, e a confusão está feita.

O pavor dos revoltosos e dos bandoleiros (cangaceiros) permeou todo o imaginário popular, não só no semiárido baiano, mas de todo o nordeste. A construção da imagem negativa da Coluna Prestes e do bando de Lampião foi uma elaboração de setores da classe dominante que os via como uma ameaça a sua hegemonia. Foi nesse contexto que a categoria ‘revoltosos’ foi elaborada, disseminada e incorporada ao vocabulário popular.



Capa do Jornal Correio da Manhã de 01 de maio de 1926

Além disso, havia uma tentativa de desinformação também, pois os jornais da época os tratavam de forma estigmatizada, tanto um grupo quanto o outro. O jornal O Paiz, por exemplo, chamava de ‘Coluna da Morte’, o movimento dos tenentes, e o Jornal Correio da Manhã, colocava na capa e em muitas matérias que Lampião era bandido, e que seu bando cometiam atrocidades diariamente. Sem falar da dificuldade de informação que existia naquela década de 1920 no interior do semiárido baiano, e o caos se estabelecia. Mas é importante colocar que até nos dias atuais existe essa confusão entre as pessoas associando um evento com o outro.

Afinal, a emancipação política de Coité foi em 1890 ou 1933?

Atualmente as comemorações cívicas do dia 07 de julho são muito importantes para a população coiteense, pois nessa data é comemorado oficialmente a Emancipação Política de Coité que ocorreu em 1933, data que inclusive é feriado municipal.

No entanto, como foi destacado na página 01 desse fascículo, a Emancipação Política de Conceição do Coité ocorreu em 17 de dezembro de 1890, quando Coité se tornou Vila, o que equivalia naquela época a ser município autônomo.

De fato, Coité se emancipou em 1890, porém em 1931 houve mudanças na política nacional que afetou a dinâmica municipal. Por conta da reorganização político-administrativa que ocorria em grande parte do Brasil sob a liderança de Getúlio Vargas, na Bahia foi nomeado para o cargo de interventor federal (que corresponde atualmente ao de Governador) em 1931 Artur Neiva. É ele quem coloca em prática a nova lei de organização municipal no estado, diminuindo ou readequando o número de municípios, utilizando os critérios populacionais (abaixo de 20 mil habitantes) e de arrecadação, nos moldes da reforma administrativa que ele fez em São Paulo, quando era Secretário do Interior. Assim, o Decreto Estadual n.º 7.455, de 23-06-1931, extingue a vila de Conceição do Coité, sendo seu território anexado ao município de Riachão de Jacuípe. Duas semanas depois, novo decreto (n.º 7.479, de 08-07-1931) é assinado, sendo criado um novo município, Jacuípe, cujo territórios de Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe foram incorporados, sendo a sede desse novo município, Coité.

É bom destacar que essas mudanças que ocorreram na administração municipal entre os anos 1931 e 1933, afetaram também alguns municípios circunvizinhos de Coité, como Araci, que também foi incorporado a Tucano.

Porém, no dia 07 de julho de 1933, depois da reivindicação da população coiteense e de lideranças políticas, o novo Interventor federal Juracy Magalhães, decide restaurar o nome anterior de Conceição do Coité, desmembrando Riachão de seu território! Essa data é celebrada no município há muitas décadas como o aniversário da cidade, embora seja importante ressaltar que a emancipação política é de 1890 quando o território se tornou Vila. Esses dois anos na qual Coité voltou a condição de território de Riachão do Jacuípe, foi apenas um hiato administrativo por força das mudanças políticas que ocorreram no país desde a Revolução de 30, que colocou Getúlio Vargas no poder.

A partir daí, e com as mudanças consubstanciadas na Constituição de 1934, o município passa a ter o cargo de Prefeito, que teve como primeiro ocupante Vespasiano Pinto da Silva, nomeado para o cargo. Em 1936 ocorre as primeiras eleições municipais, tendo sido eleito para o cargo João Paulo Fragoso.

Territórios que Conceição do Coité fez parte:

Município	Período	Marco Legal/Referências
Salvador (Cidade da Bahia)	1649 - 1698	Da fundação de Salvador até a criação de Cachoeira como Vila
Cachoeira	1698 - 1727	Da criação da Vila de Cachoeira até a criação da Vila de Água Fria
Água Fria	1727 - 1832	Da criação da Vila de Água Fria até 1832, quando Irará passou a ser sede da Vila de Água Fria
Irará	1832 - 1855	Lei da Assembleia Provincial 123, de 10 de junho de 1832, a sede da vila de Água Fria foi transferida para a Vila da Purificação dos Campos de Irará, incorporando assim as terras coiteenses
Feira de Santana	1855 - 1878	Coité foi elevado a freguesia em 09 de maio de 1855 (Resolução provincial nº 539), ficando sob jurisdição de Feira de Santana até 1878
Riachão do Jacuípe	1878 - 1890 1931 - 1933*	Com a elevação de Riachão a categoria de Vila, Coité faz parte do território até 1890; Coité se torna Vila em 17 de dezembro de 1890. *Coité voltou a fazer parte do território de Riachão por duas semanas pelo Decreto n.º 7.455, de 23-06-1931, porém novo decreto (n.º 7.479, de 08-07-1931) é editado e é criado um novo município, chamado Jacuípe, cuja sede era Coité até 1933, quando em 07 de Julho ocorre a emancipação definitiva

Se situe no tempo:

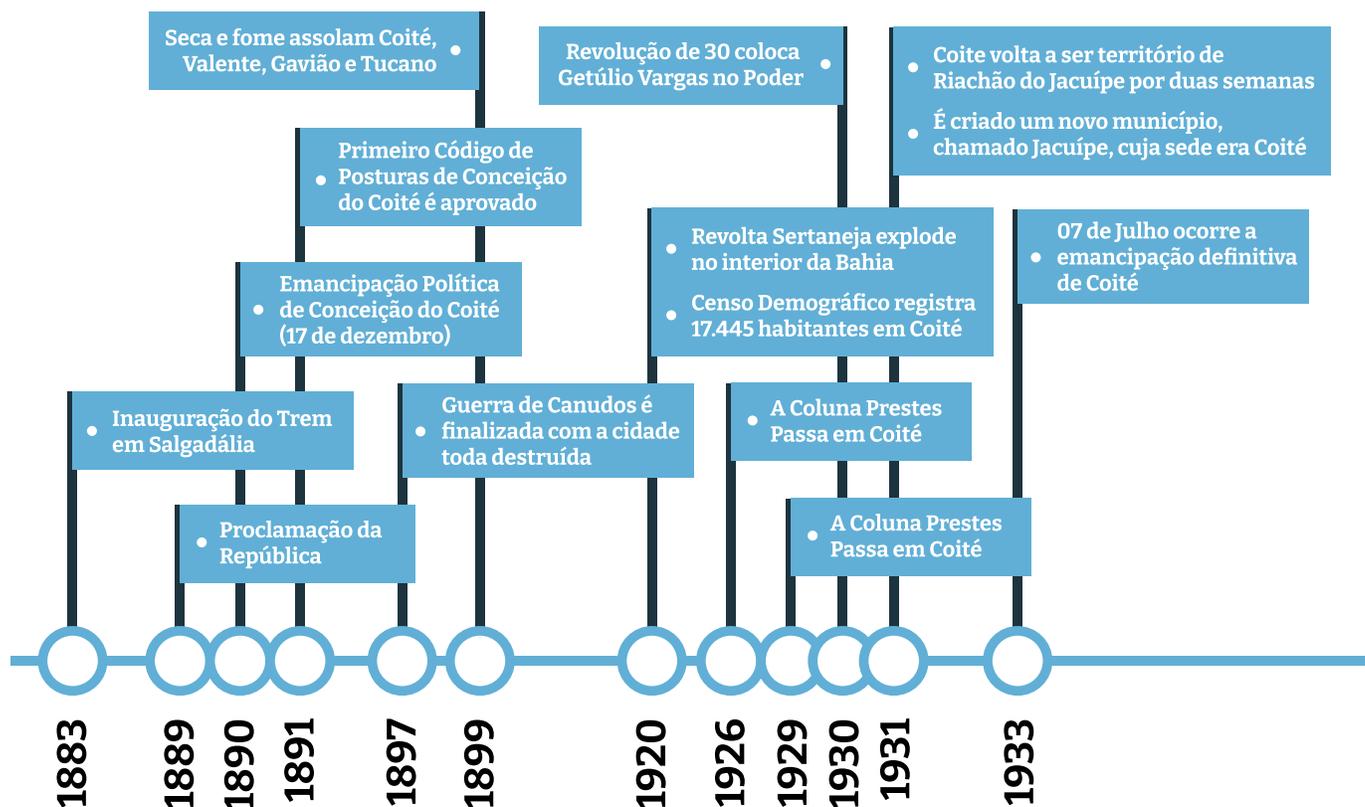


Ilustração: Charles Kevin
(Minuti Studio)

GOOP

Guia de Orientações Pedagógicas

Guia de Orientações Pedagógicas: Fascículo 01 História, Pré-história e Patrimônio histórico em Coité

Sumário:

Quadro referencial curricular	61
Orientações Gerais:.....	62
Textos de apoio com especialistas	64
Aprofundando os estudos	65

O Fascículo História, Pré-história e Patrimônio histórico em Coité foi desenvolvido para contemplar os objetos de Conhecimento e habilidades dos 03 principais documentos curriculares do Ensino: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia) e Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC) relacionados à temática da Escravidão.

Quadro referencial curricular

Objetos de Conhecimento	Habilidade (Saber-Fazer)	
<p>A questão do tempo, sincronias e diacronias: reflexões sobre o sentido das cronologias</p> <p>Formas de registro da história e da produção do conhecimento histórico</p> <p>As origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização</p>	<p>(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).</p> <p>(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.</p> <p>(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.</p> <p>(EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a ori-</p>	<p>gem do homem americano.</p> <p>(EF06HI01BA) Conhecer, identificar e localizar os sítios arqueológicos do estado da Bahia</p> <p>(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.</p> <p>(EF06HI06) Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano</p>
<p>Saber-ser (Valores)</p>	<p>Legenda do Quadro:</p> <p>■ Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</p> <p>■ Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia)</p> <p>■ Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC)</p>	
<p>Criar a consciência histórica dos sujeitos.</p> <p>Reconhecer a ação humana no tempo e espaço.</p> <p>Questionar, criar hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p>	<p>Valorizar a história e a cultura regional e local, realçando necessidade da preservação dos saberes e fazeres típicos desses grupos sociais</p>	

Orientações Gerais:

Esse Fascículo História, Pré-história e Patrimônio histórico em Coité deve ser planejado para ser utilizado em sala de aula na primeira unidade letiva do 6º ano do Ensino Fundamental. É nessa etapa, que os estudantes tem contato de uma forma mais geral com os objetos de conhecimento relacionados ao próprio conceitos em sí da História, e todo processo que envolve o conhecimento histórico.

A própria BNCC na parte da História deixa explícito essa tendência, quando diz que “para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história.” (BNCC, p. 398)

Portanto, ao usar esse fascículo em sala de aula o professor deve inicialmente trabalhar as questões mais conceituais sobre o que é História, o que faz um historiador, e para que serve a história, para assim, introduzir melhor o fascículo.

Assim, explorar os tipos de fonte históricas exemplificadas nas páginas 6, 7 e 8 seria um caminho mais simples. Observe que as fontes históricas indicadas são todas relacionadas a história local de Conceição do Coite como forma de valorizar o potencial histórico que temos. A sugestão é que o professor exiba alguns dos vídeos do Estúdio8, canal do Youtube que divulga gravações em audiovisual do cotidiano de Conceição do Coité nas últimas décadas.

Como uma atividade extraclasse relacionada a esse tema, o professor poderia propor uma Exposição com objetos antigos, no qual cada estudante levaria para a escola uma peça (fotografia, utensílio, objeto, gravação em vídeo ou áudio, artefato, roupa, carta, etc) com um valor afetivo/sentimental da família, e que o aluno ficaria responsável por pesquisar a história daquela peça, isso seria importante para que os alunos percebam que a fonte histórica pode está na sua própria casa.

Sobre a parte do Patrimônio histórico em Coité, seria interessante a leitura e explicação do conceito de Patrimônio (imaterial e material), seguido de uma reflexão se estamos valorizando nosso patrimônio. É importante ressaltar que, com quase 90 anos de emancipação política, a questão do patrimônio histórico sempre foi deixada de lado em Conceição do Coité, tanto é que as pessoas que são de outros municípios, quando conhecem nossa cidade, ficam surpresas pelo aspecto “moderno” da cidade, que não preservou casarões antigos, ou alguma arquitetura que remeta a um período histórico específico.

Para abordar uma parte do patrimônio imaterial de nosso município é fundamental conhecer a obra do artista plástico Pepeu Ramos. Para isso, além do texto do fascículo, pode ser sugerido aos estudantes que acessem às redes sociais do artista (Facebook e Instagram) para visualizarem melhor seu trabalho. Uma possibilidade também, é levar os alunos no povoado de Vila Carneiro (Goiabeira) para conhecer o ateliê do artista. Para isso, será necessário um agendamento prévio com o próprio, que pode ser realizado pe-

las próprias redes sociais do mesmo. Outro recurso que pode ser usado é a exibição de uma reportagem sobre o artista que foi ao ar no Globo Cidadania (<http://redeglobo.globo.com/globocidadania/videos/v/pintor-expressa-a-vida-na-roca-atraves-do-amor-pela-terra-natal/2838433/>).

Importante ressaltar que a obra de Pepeu Ramos é apenas um exemplo de várias manifestações culturais que fazem parte do patrimônio imaterial de nosso povo. As quadrilhas juninas, o reisado de Cabaceiras, a Pascoelinha de Juazeirinho, a Capoeira, a poesia e o cordel de Carlos Neves, a música de nossos artistas, enfim, são muitas as manifestações culturais que representam o patrimônio imaterial dos coiteenses.

Para completar as orientações sobre o nosso patrimônio, colocar em discussão a lei 887 de 21 de Novembro de 2019 que demarca a zona de interesse Histórico Cultural em Coité, e trata do incentivo à Proteção e Preservação dos seguintes espaços culturais: a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Conceição do Coité, a Praça da Babilônia, o Mercado Municipal e o Centro Cultural.

Destacar que, embora seja um pequeno avanço a promulgação dessa lei, ficou de fora outras áreas que tem um potencial enorme e características únicas para se tornar um patrimônio histórico reconhecido pelo próprio poder público, a exemplo da área dos Olhos d'água, casas residenciais e prédios particulares no centro da cidade, estação ferroviária em Salgadália, igrejas históricas das comunidades e distritos, o sítios paleontológico em Bandiaçu, entre outros. Já que o Poder Público não reconheceu essas outras áreas, que a população reconheça esse nosso patrimônio, valorizando-os.

A terceira parte do fascículo aborda a pré-história de Coité e poderá ser agregado as aulas que o professor ministrar sobre as origens da humanidade, seus deslocamentos e os processos de sedentarização, que é um dos primeiros objetos de conhecimento (conteúdos) da BNCC do 6º ano. Nesse caso, o ideal seria uma aula expositiva explicando aos alunos as discussões sobre a origem dos humanos e todo o processo de ocupação dos continentes, destacando que para produzir um conhecimento histórico sobre a pré-história, o historiador dialoga constantemente com profissionais de diversas áreas como geógrafos, arqueólogos e paleontólogo. O professor deve enfatizar o box O historiador e a Pré-história (páginas 11 e 12) para melhor explicar essa ponto.

Ao explicar e diferenciar o papel do arqueólogo e paleontólogo é fundamental também falar sobre os sítios arqueológicos/paleontológicos, e assim, introduzir a Pré-história de Coité abordando os fósseis encontrados na Lagoa dos Dinossauros em 1993 (páginas 11 - 14) que possivelmente são de animais da Megafauna (ver Box páginas 11 e 12).

Ao falar especificamente sobre os fósseis encontrados na região de Bandiaçu, distrito de Coité, deve-se observar que esses fósseis foram analisados por pesquisadores da área de arqueologia e geologia do Departamento de Ciências Exatas da UEFS, além de pesquisadores da UFBA. Muitos moradores tem essas peças até hoje em suas casas. Um grupo de moradores do local chegou a se organizar para tentar criar um museu ou um parque paleontológico na comunidade, mas não conseguiram. Até hoje não existe nenhuma proteção no local, ou mesmo placas informativas sobre a importância do sítio.

Enfim, o potencial é muito grande para abordar essa temática na sala de aula e os professores tem liberdade de adaptar, adequar, mudar ou aplicar essas orientações de acordo com a realidade que cada sala de aula apresenta.

Texto de apoio com especialista

Texto de apoio I: Patrimônio Histórico Local

A criação do SPHAN (Serviço Histórico e Artístico Nacional), atualmente IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), representou um marco no processo de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país. Os projetos voltados para as áreas de educação e cultura implementadas pelo Estado, refletiam a criação da construção de uma identidade e cultura nacional, formulado nos anos vinte pela geração de intelectuais modernistas. A intenção era edificar uma identidade alicerçada em uma cultura genuinamente brasileira, o que representou enaltecer o passado e as tradições nacionais, num esforço de conciliação do antigo com o novo. A criação do SPHAN, no cenário político, autoritário e nacionalista do Estado Novo, promoveu embates de grupos de intelectuais, que disputavam o predomínio de suas ideias sobre passado, memória, nação e patrimônio.

Para além do conceito ligado a herança e ao uso privado, no século XX, no Brasil, a relação com o público torna-se evidente, como veiculado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no portal do órgão¹, e referenciado no Decreto-Lei nº 25/1937 que estabelece como patrimônio “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” enquanto a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, apresenta o patrimônio cultural como bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.” (IPHAN, 2018). Em consonância com essa definição, Martins (2012) entende-o como o conjunto de bens materiais e imateriais, que são considerados de interesse coletivo e atravessam o tempo ou ação dele através das tradições, da história oral ou ainda de alguma construção/ou presença física com o propósito de rememorar o passado e testemunhar o presente.

(MAURICIO, Edmara Matos. Patrimônio local de Paripe: propostas de ações educativas em sala de aula. UFBA, Salvador, 2018. pg. 13)

Aprofundando os estudos:

As dicas abaixo são para uso dos docentes e a princípio não deve ser utilizado na sala de aula com os alunos

Artigo acadêmico: A ocupação humana no Nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa



Carlos Etchevarne é investigador colaborador do Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, sócio-fundador e atual presidente da Associação Brasileira de Arte Rupestre (ABAR) e também atua como conselheiro consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É um dos líderes do grupo de pesquisa Bahia Arqueológica e nesse artigo ele demonstra como se deu a ocupação humana no nordeste brasileiro antes da chegada dos portugueses.

LINK: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/30097/31982/>



Livro Patrimônio Arqueológico da Bahia, de Carlos Etchevarne e Rita Pimentel (orgs)

A publicação da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia da Secretaria do Planejamento, realizada em parceria com o Grupo de Pesquisa Bahia Arqueológica, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), reúne artigos temáticos sobre a arqueologia baiana, tratando, em especial, da arte rupestre encontrada no estado. O livro é organizado por Carlos Etchevarne e Rita Pimentel



Filme A era do Gelo, de Chris Wedge e Carlos Saldanha, EUA, 2002, 81 min.



O mamute Manny, o tigre de dente de sabre Diego e a preguiça-gigante Sid são amigos em uma época muito distante dos dias atuais (transição do Período Neolítico e Paleolítico) e vivem suas vidas em meio a muito gelo. Até o dia em que eles encontram uma criança totalmente sozinha, longe de seus pais, e decidem que precisam ajudá-lo a achar a sua família. Enquanto isso, o esquilo pré-histórico Scrat segue na sua saga para manter sua amada noz protegida de outros predadores.





Vídeo: Documentário da UNESCO sobre a Serra da Capivara:



O documentário Serra da Capivara, com 40 minutos de duração, aborda diferentes aspectos do Parque Nacional da Serra da Capivara, localizado no sudeste do estado do Piauí. A área está inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO e abriga um dos mais ricos sítios arqueológicos do mundo, com destaque especial para o rico acervo de pinturas rupestres. Ao longo do documentário, personagens reais

contam a história da criação do Parque e falam sobre os impactos econômicos e sociais na região após sua implementação. O filme descreve ainda o percurso da arqueóloga Niéde Guidon e de pesquisadores da Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) no desenvolvimento de trabalhos científicos de ponta e de ações sociais que dinamizam e contribuem para o desenvolvimento da comunidade local.

<https://www.youtube.com/watch?v=9576H-X39J8>



Vídeo: Documentário Piragiba, escavando uma história



Por volta dos anos de 1970, uma grande cheia do riacho que passa pela vila de Piragiba faz surgir uma imensa quantidade de urnas funerárias indígenas antigas. Em 1992, uma equipe de arqueólogos da Universidade Federal da Bahia é acionada para examinar os achados. Surgem daí descobertas sobre a história da vila, sobre as antigas ocupações humanas na região, bem como sobre o cotidiano dos moradores de Piragiba. A proximidade dos trabalhos

arqueológicos com o cotidiano da vila foi um dos desafios da pesquisa e um dos principais elementos da descoberta. Toda a vila foi transformada em um imenso palco de pesquisa arqueológica.

<https://www.youtube.com/watch?v=DEHqgGCHVFY&t=686s>



Site: Museu de Zoologia da UEFS

O Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (MZFS) tem por finalidade criar, conservar e ampliar as coleções zoológicas sob sua responsabilidade, oferecendo suporte às pesquisas desenvolvidas na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em outras universidades e instituições de pesquisa. Além disso, promover a divulgação da Zoologia junto às comunidades internas e externas, através de serviços educativos e visitas orientadas as exposições, possibilitando a popularização do conhecimento científico.



Além disso, promover a divulgação da Zoologia junto às comunidades internas e externas, através de serviços educativos e visitas orientadas as exposições, possibilitando a popularização do conhecimento científico.

Link do site: <https://mzfs.uefs.br/>



Site: A FUMDHAM é a fundação que administra o Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza

A Fundação Museu do Homem Americano – Fumdam foi criada para garantir a preservação do patrimônio cultural e natural do Parque Nacional Serra da Capivara. É uma entidade civil, sem fins lucrativos, declarada de interesse público pelo governo brasileiro, que realiza atividades científicas interdisciplinares, culturais e sociais. A fundação é quem administra o Museu do Homem Americano e o Museu da Natureza

Link do site: <http://fumdam.org.br/>

Guia de Orientações Pedagógicas: Fascículo 02 Ocupação Territorial, Colonização e os Indígenas em Conceição do Coité

Sumário:

Quadro referencial curricular.....	69
Orientações Gerais:.....	70
Textos de apoio com especialistas	71
Aprofundando os estudos	72

O Fascículo 02 Ocupação Territorial, Colonização e os Indígenas em Conceição do Coité foi desenvolvido para contemplar os Objetos de Conhecimento e habilidades dos 03 principais documentos curriculares do Ensino: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia) e Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC).

Quadro referencial curricular

Objetos de Conhecimento	Habilidade (Saber-Fazer)	
<p>A conquista da América e as formas de organização política dos indígenas e europeus: conflitos, dominação e conciliação</p> <p>Resistência indígenas, invasões e expansão na América portuguesa</p>	<p>(EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.</p> <p>(EF07HI01BA) Diferenciar o conceito de conquista e de colonização</p>	<p>no período colonial.</p> <p>(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.</p> <p>(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).</p>
<p>Saber-ser (Valores)</p>	<p>(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.</p> <p>(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas</p>	<p>(EF07HI03BA) Analisar a diversidade étnico-cultural no território em que reside, por meio de hábitos e costumes (alimentação, festas e festejos, moda) e pelas relações entre povos e etnias (indígena, africana e europeia)</p>
<p>Identificar e respeitar os saberes e fazeres dos povos indígenas e sua contribuição para a formação da identidade do ser brasileiro;</p> <p>Associar acontecimentos históricos globais e nacionais correlacionando a estrutura local no período abordado;</p> <p>Valorizar o patrimônio histórico-cultural (material e imaterial) do Brasil, preservando sua história e sua memória;</p>	<p>Preservar as fontes históricas;</p> <p>Respeitar a diversidade, os tipos de sociedade e os povos indígenas e africanos na formação do país;</p>	<p>Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</p> <p>Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia)</p> <p>Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC)</p>

Orientações Gerais:

Abordar a temática da ocupação territorial, colonização e Indígenas em Conceição do Coité no âmbito do 7º ano do Ensino Fundamental pode trazer algumas dificuldades, sobretudo se o professor não conseguir fazer com que os estudantes tenham compreendido a dinâmica do processo de conquista e colonização do Brasil, a partir da empreitada das Grandes Navegações e chegada dos portugueses em território que era habitados por povos indígenas.

Essa ressalva é importante porque nessa etapa de ensino os alunos tem dificuldade de localização espacial, muitas vezes não conseguindo compreender a dimensão geográfica e territorial do Brasil em relação contexto de domínio europeu. Então, o professor deve construir uma abordagem muito lúdica sobre a chegada dos portugueses e o início da tomada de posse das terras brasileiras para pavimentar a introdução desse fascículo em questão.

Inicialmente, o professor deve destacar que as terras que atualmente compõem o município de Conceição do Coité fazia parte da região chamada de Sertão dos Tocós, e só começou a ser ocupada mais intensamente no século XVIII. O professor pode aproveitar o glossário (pg 24) e o mapa (página 22) para melhor explicar esse ponto.

O mapa (pág 23) deve ser explorado mais intensamente, pois foram a partir das estradas reais ou dos bois que a ocupação territorial se deu mais sistematicamente, e no caso de Coité, foi por essa estrada que os viajantes Spix e Martius chegaram na fonte dos Olhos d'água. No mapa (pg 23) é também possível perceber o tamanho das terras dos latifundiários, que detinham muitas terras. Inclusive, o professor deve explicar que nos dois séculos iniciais da colonização era muito comum que algumas pessoas concentrassem e dominassem tantas terras, pois fazia parte da política de ocupação territorial de Portugal, e que a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas atualmente é fruto histórico dessa ocupação.

Sobre a presença de indígenas no território que hoje é o município de Conceição do Coité, pouco se sabe. Escritores locais e memorialistas da região têm difundido a ideia de que nessa região habitavam os índios “Tocós”, e por isso mesmo a sesmaria foi denominada “Tocós” e a região de “Sertão dos Tocós”. Os historiadores e pesquisadores acadêmicos também não trazem muitas informações sobre a presença desses habitantes antes da tomada de suas terras. Por isso, ao abordar essa tema, o adequado é deixar claro para os alunos que o tema ainda carece de muita pesquisa, mas seguir as pistas deixadas no fascículo é um bom caminho. Nesse caso, o professor deve esmiuçar as páginas tal e tal que detalham esse tema. O trecho do cordel do Escritor Orlando Matos na página 27 pode ser lido com todos os estudantes, embora deva se fazer uma ressalva que o cordel seja uma narrativa ficcional baseadas em fatos históricos.

A discussão sobre a origem do nome Coité provavelmente será um momento no qual os alunos se interessarão, principalmente porque existem duas versões, uma mais conhecida que outra. Nesse ponto, o professor poderia solicitar aos alunos que perguntassem aos pais ou responsáveis se eles sabem do porquê Coité é chamado por esse nome. A partir das respostas, deve ser colocado as versões (página 26), ponderando que a versão defendida pelo escritor Orlando Matos é a mais recente e também carece de

mais fontes históricas que a comprove.

Sobre a passagem dos viajantes em Coité, é salutar uma atenção maior do professor nesse ponto pois foi assim que ficou registrado nos anais da história a passagem dos estrangeiros europeus, o zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Martius, no ano 1819. Esses cientistas vieram ao Brasil junto com D. Leopoldina, futura esposa de D. Pedro I, e conheceram todas as regiões do país. Na Bahia, eles visitaram vários lugares, e na ida para conhecer o meteorito de Bendegó, passaram em Coité em maio de 1819. O professor deve solicitar uma leitura do trecho destacado na página 25 e estimular o imaginário dos alunos de como deveria ter sido essa passagem. Assistir ao vídeo indicado (pg 77) fará com que os alunos tenham uma noção maior da importância histórica dos livros publicados pelos cientistas (hoje, documentos históricos fundamentais para nossa memória).

Enfim, o potencial é muito grande para abordar essa temática na sala de aula e os professores tem liberdade de adaptar, adequar, mudar ou aplicar essas orientações de acordo com a realidade que cada sala de aula apresenta.

Texto de apoio com especialista

Texto de apoio: A origem da capela de Nossa Senhora da Conceição do Coite

“Nesta região, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Coité, que teve seu nome inspirado na devoção a Nossa Senhora da Conceição e na cuitzeira que ficava próxima ao tanque de Cuyaté, servindo de principal ponto de descanso para viajantes, e pasto para o gado que seguia em direção às minas de Jacobina onde a atividade mineradora era desenvolvida desde o século XVII, como relatou o Mestre de Campos Joaquim Quaresma Delgado, nos roteiros das velhas estradas de gado do sertão escritos em 17316. Esta estrada, descrita por Francisco Viana, cortava o Sertão dos Tocós - “adiante de Cuyaté, tomava às direitas para Tiuba, ou Itiuba, como se diz hoje, e Joazeiro, no rio S. Francisco, e às esquerdas para Jacobina’ - e foi aberta por Garcia D’Ávila entre 1654 e 1698 e, posteriormente, melhoradas pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, com a fundação da vila de Santo Antônio de Jacobina em 1720.

Ainda no século XVIII, um marco importante foi a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Coité, iniciada em 1756, nas terras ofertadas por João Benevides à Santa de sua devoção: Nossa Senhora da Conceição, que é, atualmente, a padroeira da cidade. A Capela de Nossa Senhora da Conceição do Coité era filial da Freguesia de São João Batista da Agua Fria, e o primeiro sepultamento, o de Ritta Barros, ocorreu em 06 de novembro de 1763. Desde este período, realizava-se às sextas-feiras, uma pequena feira ao redor da capela, havendo trocas de mantimentos e produtos de fazendas da região, tendo ocorrido, posteriormente, a fixação da feira livre neste dia, o que perdura até hoje.

Devido a facilidade do acesso, a Fazenda Coité permitia o comércio de produtos oriundos de outras localidades, sendo ainda ponto de aquisição de gado para as fazendas da região e para a Capital, como consta no Livro de Registro de Entrada de Gado nos currais de Salvador entre os anos de 1784 a 1789, encontrando-se o registro da descida de reses do sertão de Tocóz (ou Tocós) ao lado de outras regiões do norte, para a capital da Bahia”.

(RIOS, Iara Nancy Araújo. Nossa senhora da Conceição do Coité: poder e Política no século XIX. Salvador, 2003, p. 21-22)

Aprofundando os estudos:

As dicas abaixo são para uso dos docentes e a princípio não deve ser utilizado na sala de aula com os alunos



Dissertação de mestrado: Nossa Senhora da Conceição do Coité: Poder e Política no século XIX.

Escrito por Iara Nanci, essa pesquisa, embora focada no século XIX, traz detalhes interessantes sobre o período da ocupação e colonização de Conceição do Coité.

Link para acessar a dissertação:

https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2003._rios_lara_nancy_araujo._nossa_senhora_da_conceicao_do_coite_poder_e_politica_no_seculo_xix.pdf



Livro Conceição do Coité: da Colonização à emancipação (1730-1890), de Orlan do Matos Barreto

O livro, escrito em forma de literatura de Cordel, traça um panorama da história de Conceição do Coité no período da colonização até a emancipação política ocorrida em 1890. É importante ressaltar que Coité voltou a ser território de Riachão do Jacuípe anos depois, e só se tornou município novamente em 1933. As notas no final do livro trazem valiosas referências para acessar mais a fundo as informações destacadas.



Filme Desmundo, de Alain Fresnot, Brasil, 2003, 100 min.



O livro, escrito em forma de literatura de Cordel, traça um panorama da história de Conceição do Coité no período da colonização até a emancipação política ocorrida em 1890. É importante ressaltar que Coité voltou a ser território de Riachão do Jacuípe anos depois, e só se tornou município novamente em 1933. As notas no final do livro trazem valiosas referências para acessar mais a fundo as informações destacadas.

Filme completo no Youtube

https://www.youtube.com/watch?v=oxQe_BeRba0&list=PLnYOHne-VXYuw1Z1tWqtCyVtolQedbS09B

No link a seguir, a historiadora Joelza Ester Domingues traz orientações pedagógicas para o seu desse filme na sala de aula.

<https://ensinarhistoria.com.br/desmundo-o-brasil-do-sec-xvi/>



Vídeo 01: Viagem pelo Brasil Spix e Martiu:

Nesse vídeo, a curadora da Biblioteca Brasileira Guita e José MIndlin, Cristina Antunes, apresenta um pouco da vasta obra produzida pelos naturalistas alemães Johann Baptist von Spix e Karl Friedrich Philipp von Martius a partir de sua viagem pelo Brasil. Entre 1817 e 1820, Spix e Martius empreenderam uma expedição científica que percorreu cerca de 10.000 km no território brasileiro. A expedição resultou em dezenas de publicações que abordaram temas como botânica, zoologia, etnografia, linguística, além da própria narrativa da viagem.



<https://www.youtube.com/watch?v=sQcXwAo1KSQ&t=336s>



Vídeo 02: TV PUC-Rio: Exposição revela trabalho de Von Martius que mapeou a flora brasileira

Reportagem sobre a comemoração aos 200 anos da Missão Austríaca no Brasil, onde o Instituto Moreira Salles expõe cerca de 50 gravuras com paisagens, resultado da expedição do alemão Von Martius e seus companheiros pelo país. Ele fez o maior levantamento da flora brasileira até hoje.



<https://www.youtube.com/watch?v=3Yd9RLwoTdA>



Reportagem sobre Carl von Martius, o alemão que explorou as entranhas do Brasil e 'batizou' nossa natureza (BBC Brasil)

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46995817>

Guia de Orientações Pedagógicas: Fascículo 03 Escravidão em Coité

Sumário:

Quadro referencial curricular	77
Orientações Gerais:.....	78
Textos de apoio com especialistas	80
Aprofundando os estudos	82

O Fascículo Escravidão em Coité foi desenvolvido para contemplar os objetos de Conhecimento e habilidades dos 03 principais documentos curriculares do Ensino: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia) e Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC) relacionados à temática da Escravidão.

Quadro referencial curricular

Objetos de Conhecimento	Habilidade (Saber-Fazer)	
<p>A tutela da população indígena, a escravidão dos negros e a tutela dos egressos da escravidão.</p> <p>O escravismo no Brasil do século XIX: plantations e revoltas de escravizados, abolicionismo e políticas migratórias no Brasil Imperial</p>	<p>(EF08HI14) Discutir a noção da tutela dos grupos indígenas e a participação dos negros na sociedade brasileira do final do período colonial, identificando permanências na forma de preconceitos, estereótipos e violências sobre as populações indígenas e negras no Brasil e nas Américas.</p>	<p>(EF08HI04BA) Caracterizar e contextualizar a formação de quilombos no Brasil, identificando comunidades remanescentes no território a que pertence, relacionando as contribuições destas para a preservação identitária.</p>
<p>Saber-ser (Valores)</p>	<p>(EF08HI19) Formular questionamentos sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas.</p>	
<p>Compreender a participação das populações afro-brasileiras na luta pela liberdade dos povos e de territórios; Identificar as raízes do racismo e dos preconceitos relacionados a cultura de modo geral; Conhecer espaços do município que serviram como abrigo de escravizados fugitivos e seus descendentes, conhecendo dessa maneira a história local, regional e nacional;</p>	<p>(EF08HI20) Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas.</p> <p>(EF08HI03BA) Analisar e discutir as formas de enfrentamento adotadas pelos escravizados para resistir à escravidão.</p>	<p>Legenda do Quadro:</p> <ul style="list-style-type: none"> Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia) Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC)

Orientações Gerais:

O tema da escravidão é talvez uma das maiores temáticas da história do Brasil por implicar vários aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos que afetaram e ainda afetam o destino da nação brasileira. Portanto, cabe ao professor a utilização e exploração dessa temática de várias formas possíveis, mas sempre com o cuidado necessário de não incorrer no erro que alguns professores cometem de apresentar esse tema de forma a reforçar estereótipo sobre as populações negras e escravizadas no país.

Inicialmente é importante deixar claro que os mais de 300 anos de escravidão deixou marcas indeléveis até os dias atuais. Racismo, preconceito e desigualdades sociais são heranças diretas dessa realidade.

Como o tema da escravidão já é abordado nos objetos de conhecimento do 7º ano, os estudantes já tem um conhecimento desse conteúdo, e portanto no 8º ano deve-se focar mais nas lutas pela abolição e também na importância que essas populações tiveram na construção do país envolvendo todos os aspectos, especialmente nos aspectos culturais (contribuições dos negros na cultura brasileira), econômicos (como eles ajudaram a construir o país, e ao mesmo tempo como eles foram abandonados à própria sorte no pós abolição) e sociais.

Para o uso desse fascículo na sala de aula, o professor pode escolher inicialmente ministrar uma aula expositiva mais conceitual sobre escravidão, abordando que no século XIX, as mobilizações para a abolição foram se intensificando, tanto pela resistência física dos próprios escravizados, fugindo das fazendas e formando os quilombos, quanto pela atuação nos meios políticos e jurídicos, originado a campanha abolicionista. Nesse processo, as irmandades negras foram importantes para promover a emancipação das populações negras em busca de liberdade, e o professor pode citar a Irmandade da Boa Morte em Cachoeira, ou a Irmandade do Rosário dos Pretos em Salvador, além de outras tantas.

Depois de uma introdução ao tema da escravidão com uma perspectiva mais nacional, inclusive falando das principais leis abolicionistas, o professor deve instigar os estudantes a pensar sobre a escravidão no município. Assim, perguntas como Você acha que em Coité houve escravidão? podem ser um convite para que os estudantes se situem no tempo e espaço.

Nesse ponto, pode ser utilizado como referência a tabela com os dados do Censo de 1872 sobre a população de Coité (página 35), incluindo os escravizados para que os estudantes possam concretizar essa informação.

Em Coité, 6% da população era escravizada, e isso demonstra que tanto a quantidade de escravizados era baixa em relação a outras regiões, quanto o número de alforriados também já era grande no ano do Censo. Ao enfatizar a questão das alforrias na região, não deve-se esquecer a lei do Ventre Livre em 1871, que concedia liberdade para os filhos de escravos nascidos a partir daquela data, foi um divisor de águas no âmbito das alforrias, bem como também a própria participação dos escravizados conseguindo autorização de alguns senhores para vender frutas, verduras e outros produtos nas feiras livres, e assim juntar dinheiro para conseguir alforria. (Para mais informações sobre alforrias, ler o texto de apoio I).

Depois dessas considerações, o professor pode introduzir a história de Martinha. Como recurso lúdico, o professor pode falar de Martinha fazendo uma analogia com a história de Chica da Sila, que tem trajetórias que se assemelham em alguns aspectos. Se o professor optar por esse caminho, ele pode usar a lousa e construir juntos com os alunos um quadro comparativo informativo (modelo abaixo) falando das diferenças e semelhanças dessas duas mulheres que se tornaram referenciais historiográficos, uma de repercussão nacional, outra, local. Outro ponto que deve ser destacada é sobre a força do amor. Estamos diante de uma história de amor entre um homem branco livre que se apaixonou por uma escravizada. Esse fato trouxe uma repercussão na época e pode ser usado pelo professor pra instigar os estudantes para falar da questão do racismo e preconceitos, fazendo uma relação passado/presente. Será que eles sofreram preconceitos? Será que atualmente casais inter-raciais sofrem preconceitos? Vocês conhecem casais inter-raciais? São questões que podem ser lançadas para reflexão oral ou escrita pelos alunos.

Enfim, o potencial é muito grande para abordar essa temática na sala de aula e os professores tem liberdade de adaptar, adequar, mudar ou aplicar essas orientações de acordo com a realidade que cada sala de aula apresenta.

Informações	Chica da Silva	Martinha
Onde e quando viveram	Arraial de Tijuco, atual Diamantina, Minas Gerais, no século XVIII	Conceição do Coité, sertão da Bahia, século XIX e XX.
Condição social	Ex-escravizada, alforriada pelo seu Senhor e Companheiro	Ex-escravizada, alforriada pelo seu senhor e esposo
Condição familiar	Viveu em concubinato, a relação era pública, mas nunca casaram: Tiveram 13 filhos juntos	Tinha uma relação estável com Manoel, porém o casamento só ocorreu em 1889, depois de nascido os 05 filhos do casal
Condição financeira	Era rica, tinha muitas propriedades, escravos, e participava ativamente das irmandades religiosas católicas	Tinha propriedades, trabalhava na roça e era frequente nas atividades católicas

Texto de apoio com especialista

Texto de apoio I: A Carta de Alforria

A alforria era um ato jurídico pelo qual o senhor(a) transferia o título de posse que tinha para a pessoa alforriada mediante testemunhas. Kátia Lorena Almeida acrescenta que “a carta de alforria era um documento comprobatório da condição jurídica de liberto e, sem ela, o perigo da reescravização era maior”. Mary Karasch pondera que constituía-se como “prova da liberdade de um escravo, introduzindo-o na vida precária de uma pessoa liberta numa sociedade escravista”. Para Maria Inês C. de Oliveira: “Libertar-se não significava adquirir novo estatuto legal. Mais do que isto, significava sobreviver às próprias custas e poder se aproveitar dos espaços permitidos à sua ascensão na sociedade livre. [...] A porta de ingresso a este novo mundo era a Carta de Alforria”.

Em suma, a liberdade pelo viés da alforria era um dispositivo legal, enraizado pelo costume no Brasil escravista. Significava uma mudança de vida e de condição jurídica, pelo qual o indivíduo deixava de ser escravizado para se tornar liberto. Nestes termos, cabia ao poder judiciário reconhecer, legitimar e assegurar o cumprimento dos acordos assinalados nas cartas de alforrias.

A carta de alforria era, geralmente, escrita pelo proprietário(a) ou a pedido deste(a) por um representante legal, tabelião e membro da família, especialmente, quando este(a) não sabia ler e nem escrever. Por exemplo, a carta de liberdade de Thomasia, crioula, de 60 anos de idade, foi escrita e assinada por Joaquim Lopes da Silva, a pedido de sua sogra, Dona Francisca Maria de Jesus por esta não possuir o conhecimento das letras, o que não era raro entre a classe escravista de Riachão do Jacuípe. Também emitia-se uma carta de liberdade, quando o sujeito escravizado pagava por ela, por livre arbítrio daquele que outorgava como proprietário, em algumas ocasiões por intermédio de algum financiador, por algum motivo explícito ou não, na pia batismal, no processo de inventário, às vezes, a pedido do falecido senhor em cláusula testamental, ou por sentença judicial, ao vencer a ação em favor da liberdade.

(FERREIRA, Eliete Mota. Nas veredas da liberdade: experiências de homens e mulheres escravizados no sertão de Riachão do Jacuípe-BA, (1850-1888) Santo Antônio de Jesus, 2017. p. 79-80)

Texto de apoio II : O encontro de dois mundos

A história de Manoel Cedraz e Martinha teve início, para nós, no ano de 1870, quando foi registrada a escritura de compra dela e do menino Saturnino. Segundo a memória de seus descendentes, ele passou na residência de seu conhecido Manoel José da Costa e pediu água para beber, então, o dono da casa ordenou que sua cativa Martinha fosse buscar. Porém, a moça tropeçou e quebrou a caneca que trazia com a água. Ao ver o embaraço da cativa, seu proprietário lhe repreendeu com uma bofetada, o que teria suscitado no visitante um sentimento de compaixão pela moça. Algo havia lhe chamado a atenção, teria percebido que a escrava “tinha os mais lindos traços”. De acordo com os descendentes de Martinha, ela era uma mulher bonita, com um belo corpo, com uma beleza diferenciada. Sobre isto, sabe-se que “a beleza das mulheres escravas aparecia com frequência nos anúncios de compra e venda de escravos em jornais baianos”.

Conta-se que, a partir daquele momento, Manoel Cedraz buscou comprar aquela escrava e fez a proposta ao dito proprietário. A escritura foi registrada em 26 de maio de 1870, mas, algumas informações nos chamaram atenção. A cativa em questão foi declarada como crioula, com 20 anos de idade, vendida por uma quantia considerada alta, 800\$000 (oitocentos mil-réis). Consta, ainda, que ela já estava em poder do novo proprietário antes do registro da escritura de compra. Ele também já havia quitado a quantia cobrada. Ocorriam transações de compra e venda de cativos que envolviam um período de teste. Segundo Sidney Chalhoub, no livro *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, havia um período em que o escravo ou escrava ficava em poder do requerente antes mesmo de oficializar a compra por meio do registro da escritura. Essa era uma forma do comprador examinar os serviços do cativo e decidir se realmente atendia as suas expectativas. Por outro lado, abria ao escravo a possibilidade de interferir, de alguma forma, no rumo da negociação.

A cativa foi declarada como crioula na escritura de compra e venda registrada em 1870, porém, a sua cor aparece diferente nos assentos de batismos. Percebemos que as designações de cor dos cativos variavam muito a partir do olhar e registro de escritães e padres ou das declarações feitas pelos próprios proprietários. Essas designações eram feitas com base nos conceitos de cor próprios da época. No documento de compra, Martinha foi qualificada como crioula, caracterização comum aos escravos nascidos no Brasil. No assento de batismo de seu filho Antonio Frutuoso, em 1874, ela foi classificada como preta.

(SOUZA, Edimária Lima Oliveira. *Martinha: a história de uma ex-escravizada no sertão de Coité (1870-1933)*. Dissertação de mestrado, UNEB, Santo Antônio de Jesus, 2016. P. 36-37)

Aprofundando os estudos:

As dicas abaixo são para uso dos docentes e a princípio não deve ser utilizado na sala de aula com os alunos



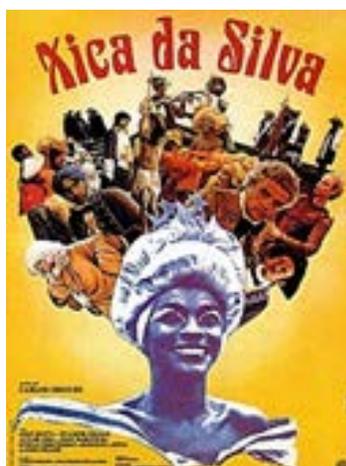
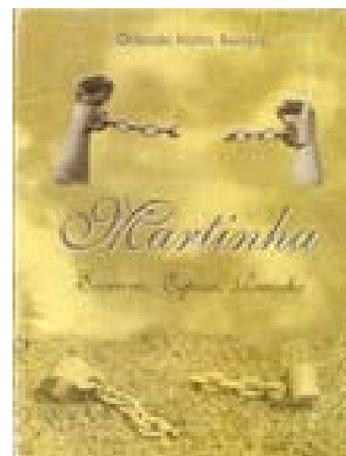
Dissertação de mestrado: Martinha: a história de uma ex-escravizada no sertão de Coité (1870-1933).

Escrito por Edimária Lima Oliveira Souza, essa pesquisa traz detalhes interessantes sobre a trajetória de Martinha embasados em documentos históricos.

Livro Martinha, Escrava, esposa, Rainha, de Orlando Matos Barreto



O livro, escrito em forma de literatura de Cordel, traz a história de Martinha por meio de informações históricas e ficcionais sobre a personagem.



Filme Chica da Silva, de Cacá Diegues (1976):

O filme retrata a vida de Chica da Silva de forma folclorizada e caricaturada, o que contribuiu e muito para uma visão estereotipada da personagem.



Dissertação de mestrado: Nas veredas da liberdade: experiências de homens e mulheres escravizados no sertão de Riachão do Jacuípe-BA, (1850-1888)

Pesquisa escrita por Eliete Mota Ferreira, traz um panorama da escravização em Riachão do Jacuípe entre os anos 1850-1888, em parte desse período, Coité pertencia a Riachão.



Vídeo: O escritor Eduardo Bueno traz informações de forma bem didática das lavras diamantinas e de Chica da Silva

<https://www.youtube.com/watch?v=1Ztp9YdYhn0>



Livro Flores, Votos e Balas, de Ângela Alonso: no vídeo abaixo, faço um vídeo resenha do livro indicado

<https://www.youtube.com/watch?v=lmWt31fji8g>



Reportagem sobre a Irmandade do Rosário dos Pretos em Salvador:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/23/com-mais-de-3-seculos-igreja-na-ba-guarda-historia-de-uma-das-principais-irmandades-negras-do-pais-fe-e-resistencia.ghtml>



Publicação do IBGE com detalhes do Censo de 1872

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

Guia de Orientações Pedagógicas: Movimentos político-sociais em Conceição do Coité: da República Velha à Revolução de 30

Sumário:

Quadro referencial curricular.....	85
Orientações Gerais:.....	86
Textos de apoio com especialistas	88
Aprofundando os estudos	89

O Fascículo 04 Movimentos político-sociais em Coité na Primeira República foi desenvolvido para contemplar os objetos de Conhecimento e habilidades dos 03 principais documentos curriculares do Ensino: Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia) e Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC).

Quadro referencial curricular

Objetos de Conhecimento	Habilidade (Saber-Fazer)	Saber-ser (Valores)
<p>Experiências republicanas e práticas autoritárias: as tensões e disputas do mundo contemporâneo</p> <p>A proclamação da República e seus primeiros Desdobramentos</p> <p>O Nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX</p> <p>Primeira República e suas características</p> <p>Contestações e dinâmicas da vida cultural no Brasil entre 1900 e 1930</p>	<p>(EF09HI01BA) Analisar e relacionar os impactos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil</p> <p>(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.</p> <p>(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.</p> <p>(EF09HI04) Discutir a importância da participação da população negra na formação econômica, política e social do Brasil.</p> <p>(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.</p>	<p>Compreender e problematizar as visões históricas acerca de acontecimentos que tiveram impacto na vida econômica, social, cultural e político da nação</p> <p>Compreender a construção histórica dos diferentes grupos e nos diferentes tempos e espaços, relacionando processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e sociais</p> <p>Associar acontecimentos históricos globais e nacionais correlacionado a estrutura local no período abordado</p>
		<p>Base Nacional Comum Curricular (BNCC)</p> <p>Documento Curricular Referencial da Bahia (Currículo Bahia)</p> <p>Documento Curricular Referencial de Conceição do Coité (DCRCC)</p>

Orientações Gerais:

Como foi sugerido nos outros Guias de Orientações Pedagógicas, para se iniciar o trabalho com esse fascículo o ideal é que o professor já tenha abordado em linhas gerais (uma aula expositiva) o período da Primeira República, que geralmente ocorre durante a I unidade letiva do 9º ano.

Ao introduzir o fascículo 04 no planejamento, deve-se destacar que um ano após a Proclamação da República, Coité finalmente se tornava município em 1890. É importante ressaltar que se tornar Vila naquele período era o mesmo que se tornar município, embora ainda não existisse a figura do prefeito. Para melhor compreensão desse fato, o professor pode utilizar algumas das posturas (pag 47) criadas no Código de Posturas (também conhecido como Constituição Municipal, atualmente a Lei Orgânica) do recém criado território.

O código de posturas nada mais era do que um regulamento com regras na qual o cidadão daquele município deveria seguir à risca, e caso descumprisse, receberia punição pela infração da lei. Um recurso extra que pode ser usado nesse ponto da aula é comparar as posturas em destaque no fascículo com algumas das leis que consta na Lei orgânica atual que pode ser acessadas no link a seguir. (<http://www.camaradecoite.com.br/Publicacoes/Legislacoes/LeiOrganicaDoMunicipio.pdf>), estimulando o exercício de cidadania dos alunos, que podem inclusive ser instados a sugerir ideias que poderiam se tornar leis municipais.

As transformações políticas, sociais e econômicas do município começam a se acelerar ainda no fim do período do Império, e a implantação da ferrovia é um marco nesse sentido. Assim, o professor pode enfatizar o Box A ferrovia chega em Coité para focar nesse tema, pois tal acontecimento foi cercado de muitas situações peculiares.

Usando o Google maps ou algum mapa escolar, pode ser solicitado a confecção de um mapa com o traçado dessa linha férrea desde o ponto inicial em Salvador até a cidade de Juazeiro, destacando as principais cidades dessa rota, pois assim os alunos têm uma visão global dessa importante via de transporte.

Sobre o crescimento populacional nesse período, seria interessante que o professor utilizasse os números do Censo demográfico em destaque (pag 50) para promover uma discussão sobre o tema, podendo inclusive solicitar dos estudantes que façam pesquisa na internet ou outro meio para saber a quantidade da população coiteense atual, e o que isso pode implicar nas relações sociais entre as pessoas ou até mesmo no impacto disso na administração pública. Como exemplo pode-se citar que quanto mais habitantes tem uma localidade, mais a necessidade de escolas, hospitais e serviços públicos que atendam essa população.

A década de 1920 foi deveras agitada nas terras de Conceição do Coité porque no intervalo de 09 anos, três (03) acontecimentos importantes ocorreram ou tiveram uma relação com nossa cidade: a Revolta Sertaneja de 1920, a Coluna Prestes em 1926 e a passagem do Bando de Lampião na região em 1929. Nesse trecho do fascículo o ideal é que o professor prepare uma aula expositiva falando desses 03 movimentos políticos, e em seguida construa um quadro comparativo com informações de cada um desses movimento comprando-os e diferenciando-os.

Modelo de quadro informativo

Informações	Revolta Sertaneja	Coluna Prestes	Lampião na Bahia
Ano que ocorreu	1920	1926	1929
Motivos	Políticos e coronéis anti-seabristas não aceitam a derrota nas eleições em 1919, e ameaçam invadir a Capital	Militares brasileiros se rebelaram e começaram uma marcha/coluna pelo interior do país para conscientizar a população sobre política	Grupo de pessoas que andavam armadas no sertão nordestino e que promoviam invasões, saques e atos de violência nos lugares em que chegavam
Lideranças	Horácio de Mattos	Luís Carlos Prestes	Lampião
Alcance do Movimento	Estadual	Nacional	Regional, com repercussões nacionais

Depois da construção do quadro informativo, poderá ser utilizado o Box: Não confunda quem eram os “revoltosos”!, pois ele traz informações úteis para consolidar e diferenciar os movimentos políticos, e desfazer uma impressão geral que as pessoas tem do termo “revoltosos”.

Ao explicar sobre a Coluna Prestes em Coité o professor deve exibir o documentário sugerido no fascículo *Eu vi a coluna prestes passar*, pois o mesmo aborda a passagem da Coluna Prestes em Pé de Serra e Riachão do Jacuípe em junho de 1926, antes portanto da passagem do movimento em nossas terras. Em conjunto com o vídeo, o Box: Livro Conceição do Coité e os sertões dos Tocós descreve a passagem de Prestes em Coité deve ser lido juntamente com os alunos para que eles consigam compreender como foi essa passagem.

Por fim, a última parte do fascículo traz uma seção sobre a Emancipação política coiteense que até hoje também traz uma certa confusão, já que são duas datas que poderiam ser comemoradas. Para isso, a leitura do Texto de apoio I: Por que os coiteenses não comemoram 132 anos de Emancipação Política em 2022? do professor Cristian Barreto, colocadas na seção abaixo, pode ser um caminho para se conhecer melhor o tema. Além disso, o próprio texto do fascículo (pg 55 e 56) atrelados ao Box: Territórios que conceição do Coité fez parte podem também ajudar nessa tarefa de elucidar a questão para os estudantes.

Naturalmente, o fascículo é um material que foi criado especificamente pra abordagem em sala de aula e portanto com um objetivo de complementar as aulas de história (ou de outra disciplina) com uma perspectiva da história local sobre determinada temática escolhida. Assim sendo, a abordagem panorâmica não permite que se aprofunde os objetos de conhecimento (conteúdos) da BNCC, mas como a proposta é criar possibilidades de entrelaçamentos entre os referenciais curriculares, os livros didáticos escolhidos pela rede de ensino e o fascículo em questão, os docentes podem trazer outras referências para a aplicação dessa ferramenta pedagógica.

Enfim, o potencial é muito grande para abordar essa temática na sala de aula e os professores tem liberdade de adaptar, adequar, mudar ou aplicar essas orientações de acordo com a realidade que cada sala de aula apresenta.

Texto de apoio com especialista

Texto de apoio I: Por que os coiteenses não comemoram 132 anos de Emancipação Política em 2022? (Texto divulgado pelo Colégio Polivalente)

Todavia, no âmbito administrativo, essa marcha foi reduzida no ano de 1931, em razão da promulgação da Lei de Organização Municipal, realizada por Arthur Neiva, interventor federal da Bahia, que suprimiu os municípios com menos de 20 mil habitantes e com arrecadação considerada insuficiente, os anexando novamente aos territórios que anteriormente tinham se desmembrado. Naquele período, a população coiteense correspondia a 17 mil habitantes. Desse modo, segundo o IBGE, Conceição do Coité foi anexado ao município de Riachão do Jacuípe pelo Decreto Estadual n.º 7.455 de 23 de junho de 1931. A memória oficial afirma que pelo Decreto Estadual n.º 7.479, de 8 de julho de 1931, o distrito de Conceição do Coité deixou de pertencer ao município de Riachão do Jacuípe para ser anexado ao município de Jacuípe, criado pelo mesmo Decreto e possuindo os distritos de Candéal, Conceição do Coité, Gavião e Riachão do Jacuípe. Conceição do Coité alcançou autonomia política em 7 de julho de 1933, pelo Decreto n.º 8528, desmembrando-se de Jacuípe. (CONCEIÇÃO..., 1958).

Em 15 de novembro de 1931, o periódico O Serrinhense realizou a publicação de duas atas oficiais do município de Jacuípe, correspondentes à comemoração do aniversário da Revolução de 1930 e à instalação da Estrada de Rodagem, que ligava Jacuípe ao arraial de Valente e indicava o Coronel Vespasiano Pinto da Silva como o prefeito da Vila de Jacuípe. Nessas publicações, as atas informavam que a sede do município de Jacuípe correspondia a anterior cidade de Conceição do Coité, mantendo a sua estrutura de poder no recente município. Assim, Conceição do Coité havia apenas substituído o seu topônimo para Jacuípe e anexado o território de Riachão do Jacuípe (PUBLICAÇÕES..., 1931).

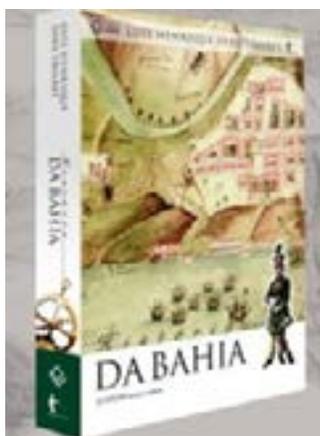
Analisando o referido Decreto Estadual n. 7.455 de 23 de junho de 1931, consta que tanto Riachão do Jacuípe quanto Conceição do Coité foram suprimidos e seus territórios

constituíram o município de Jacuhye, (BAHIA, 1931b) cuja sede da vila era em Conceição do Coité: “Jacuhye, abrangendo os territórios dos municípios de Conceição do Coité e Riachão de Jacuhye, com sede na villa do Jacuhye, ex-Conceição do Coité [sic]”. (BAHIA, 1931a, p 5878-5879). Essas informações evidenciam a necessidade de compreender melhor esse processo administrativo, visto que pelo Decreto n. 8.528, de 7 de julho de 1933, foi restabelecido a denominação Conceição do Coité para o atual município de Jacuípe e revogados os decretos anteriores, “revogam-se as disposições em contrário” .

(Texto de Cristian Barreto de Miranda, Professor do Polivalente, Doutor em História).

Aprofundando os estudos:

As dicas abaixo são para uso dos docentes e a princípio não deve ser utilizado na sala de aula com os alunos



Livro História da Bahia, de Luís Henrique Dias Tavares

Livro clássico da história da Bahia, publicado inicialmente como material didático, ao longo dos mais de 60 anos foi sendo reimpresso e atualizado tendo sua última edição sido lançado pelas editoras UNESP e EDUFBA. Luís Henrique Dias Tavares traça um panorama histórico que aborda desde a ocupação da Bahia pelos indígenas, passando pela colonização lusitana, Brasil Império e República, até os anos 1980. Obra indispensável para qualquer professor de história



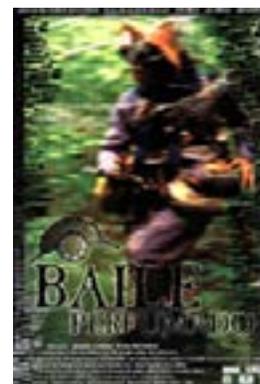
Livro Conceição do Coité e os sertões dos Tocós, de Vanílson Lopes de Oliveira

O livro aborda a história do município de Conceição do Coité destacando aspectos sociais, políticos, culturais, econômicos e religiosos com informações enciclopédicas que ajudam na compreensão da formação e desenvolvimento municipal. Parte das informações desse livro já estavam presentes em outro livro do autor, Conceição do Coité: a capital do Sisal, obra que se tornou referência no município, lançada em 1997.



Livro Conceição do Coité e os sertões dos Tocós, de Vanílson Lopes de Oliveira

Amigo íntimo do Padre Cícero (Jofre Soares), o mascate libanês Benjamin Abrahão (Duda Mamberti) decide filmar Lampião (Luís Carlos Vasconcelos) e todo seu bando, pois acredita que este filme o deixará muito rico. Após alguns contatos iniciais ele conversa diretamente com o famoso cangaceiro e expõe sua ideia, mas os sonhos do mascate são prejudicados pela ditadura do Estado Novo. Filme baseado em fatos reais.



Vídeo 01: Programa De lá pra cá (TV Brasil) sobre o Coronel Horácio de Mattos:

Ele nasceu na Chapada Diamantina, no interior da Bahia, e ficou famoso pelas muitas guerras que venceu contra outros coronéis, contra a Coluna Prestes e até mesmo contra o Governo Federal. Horácio de Mattos foi tão poderoso que, num dado momento, chegou a controlar um território tão grande que era visto como um estado dentro do estado da Bahia. Mas, apesar de tanto poder, Horácio de Mattos acabou assassinado em



1931, quando passeava tranquilamente pelas ruas de Salvador, de mãos dadas com uma de suas filhas. O De lá Pra Cá vai lembrar os 130 anos de nascimento do último coronel do Brasil, Horácio de Mattos. Participam do programa, o escritor Orlando Senna, o professor e Secretário de Turismo e Cultura de Lençóis Delmar Araújo, o autor do documentário "Horácio de Mattos, um coronel entre dois mundos" Valber Carvalho e a historiadora Dulce Pandolfi. <https://www.youtube.com/watch?v=JE6KFHX2PUo>



Vídeo 02: Documentário O massacre de Queimadas

Em 1929 o bando de Lampião esteve no município de Queimadas, saqueando a cidade que contava com 8 policiais militares em sua guarnição. Este documentário conta o desfecho sangrento dessa investida do bando de Lampião. Por ser uma produção da Polícia Militar da Bahia, percebe-se um outro olhar sobre as ações dos cangaceiros mais conhecidos do Nordeste. <https://www.youtube.com/watch?v=oGcixcEptso>





Site: Museu Casa do Sertão UEFS

O Museu de Zoologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (MZFS) tem por finalidade criar, conservar e ampliar as coleções zoológicas sob sua responsabilidade, oferecendo suporte às pesquisas desenvolvidas na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em outras universidades e instituições de pesquisa. Além disso, promover a divulgação da Zoologia junto às comunidades internas e externas, através de serviços educativos e visitas orientadas as exposições, possibilitando a popularização do conhecimento científico.



Link do site: <https://mzfs.uefs.br/>